



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA TOCANTINA – FACHTO

KLEBER ARNAUD

A PRÁTICA DO CUNVIDADO NA VILA DE JUABA DE 1965-1970: O TRABALHO  
COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DESSA PRÁTICA.

CAMETÁ/PARÁ  
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA TOCANTINA – FACHTO

KLEBER ARNAUD

A PRÁTICA DO CUNVIDADO NA VILA DE JUABA DE 1965-1970: O TRABALHO  
COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DESSA PRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) apresentado a Faculdade de História (FACHTO) do Campus Universitário do Tocantins/UFPA-Cametá como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

CAMETÁ/PARÁ  
2018

KLEBER ARNAUD

A PRÁTICA DO CUNVIDADO NA VILA DE JUABA DE 1965-1970: O TRABALHO  
COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DESSA PRÁTICA

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Msc. Maria de Fátima Rodrigues Nunes  
Avaliadora

---

Prof.<sup>a</sup> Msc. Bárbara de Nazaré Pantoja Ribeiro  
Avaliadora

CAMETÁ/PARÁ  
2018

## AGRADECIMENTOS

Deixo meus agradecimentos, primeiramente, a Deus, por me conceder saúde, para que eu pudesse seguir nesta caminhada durante esse período em que estive cursando o Curso de História na UFPA.

Agradeço também ao meu amigo Dejanil Arnaud, com quem passei esses quatro anos trafegando pelas vicinais que ligam a Vila de Juaba à Cidade de Cametá, local onde fica localizada a Universidade Federal do Pará/ Campus Universitário do Tocantins-Cametá, onde realizei meus estudos de graduação.

Deixarei aqui também meus agradecimentos à Jenniffer Arnaud pelas vezes em que se disponibilizou nas tarefas de computação para organizar meus trabalhos.

A todas as pessoas com as quais tive a oportunidade de conversar por meio de entrevistas, as quais me relataram suas experiências de vida no trabalho da roça e na realização do Cunvidado. Agradeço especialmente a Oenis de Pinho Lopes, Maria Tereza Garcia Tavares, Leocardio José Rodriguês de Carvalho, Jeová Pereira de Carvalho, Lourival Tavares de Carvalho, Benina Silva de Carvalho, Jomira Tavares de Carvalho, Wilma Gomes da Costa, Lúcio da Veiga Arnaud, Edward da Veiga Arnaud, Genésio Nunes Lima que me ajudaram juntar os retalhos de informações para compor as análises deste estudo.

A todos aqueles que não tiveram os nomes grafados aqui, por um momento de esquecimento da memória, sintam-se agradecidos por toda ajuda que me prestaram e que de alguma forma contribuiu para transformar este momento em realidade.

Deixo meu especial agradecimento a minha professora e orientadora Benedita Celeste de Moraes Pinto, por todo empenho e dedicação em me ajudar a concretizar esse trabalho, que cominou com a realização de um sonho, que é o de conclusão do Curso de Licenciatura em História.

Enfim, a todos vocês que contribuíram com a realização desse sonho deixo meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a prática do “Cunvidado” na Vila de Juaba, no Município de Cametá-Pará. O convidado é uma prática cultural que associa religiosidade, festa e trabalho para efetivar a plantação do roçado. Esses elementos estão interligados na constituição de vida e trabalho dos grupos de companhias que faziam acontecer a ladainha, o Samba de Cacete e o trabalho de plantação do roçado. Nos grupos de companhias estabelecia-se uma relação mediada pela troca de dia em que um trabalha para o outro em comum acordo de retribuição pelo dia de trabalho, pois era um objetivo comum de todos os trabalhadores em adquirir a força de trabalho do companheiro de grupo. Na companhia estabelecia uma relação de poder representada pelo líder, sujeito escolhido pelo grupo para coordenar as ações da companhia. Analisando essa forma de organização para o trabalho, busquei compreender como essa forma de trabalho transforma as relações grupais dessa localidade e o valor que representa para trabalhadores inseridos neste processo. Assim sendo, elegeu-se como recuso teórico-metodológico estudos de alguns autores que discutem o tema em questão e aqueles que abordam questões referentes a memória e a oralidade, entre os quais se destaca: PINTO (2004, 2007, 2013), AMORIM (2000), BOSI (1979) MALUF (1995), PORTELLI (2010), THOMPSON (1992). Da mesma forma, realizei a pesquisa de campo, mediante observação e realização de entrevistas com homens e mulheres, cujas histórias de vida e memórias relacionadas às diferentes formas de trabalho e lazer, ajudaram na constituição do estudo. Dados das pesquisas apontaram que o trabalho é o elemento transformador das relações sociais uma vez que ele é que atribui sentido a formação do grupo de companhia, já que os trabalhadores se unem em função de ajudarem um ao outro na efetivação do trabalho na roça, além de que, este trabalho é o elemento celebrado na realização do convidado, com rezas, cantos e danças em comemoração a realização e efetivação do trabalho que se realiza na plantação do roçado.

**PALAVRA-CHAVE:** Cunvidado, Prática Cultural, Trabalho e Lazer.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>GRUPOS DE COMPANHIA: ORGANIZAÇÃO DA ROÇA, PODER, RELAÇÕES SOCIAIS E RESPONSABILIDADES.....</b>	<b>11</b>
1.1.VILA DE JUABA: LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GERAIS.....	12
1.2.PODER, RELAÇÕES SOCIAIS E RESPONSABILIDADES.....	18
1.3.TRABALHO, RECIPROCIDADE E SOLIDARIEDADE.....	33
1.4.INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS DE TRABALHO.....	39
<b>CAPITULO II</b>	
<b>CUNVIDADO NA VILA DE JUABA NOS ANOS 60: UMA TRILOGIA DO CAMPO.....</b>	<b>47</b>
2.1.CUNVIDADO: TRABALHO E COMPETIÇÃO NA ROÇA.....	48
2.2.LADAINHA: “CATOLICISMO CABOCLO”.....	58
2.3.SAMBA DE CACETE: FESTA DO CAMPO.....	61
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>70</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como objetivo analisar a prática do cunvidado na Vila de Juaba, na segunda metade da década de sessenta do século XX. Esta localidade fica localizada à margem esquerda do rio Tocantins, no Município de Cametá, Estado do Pará. A realização do cunvidado, uma prática que envolve trabalho e lazer no campo, acontece na fase de plantação do roçado<sup>1</sup>, pois é o momento onde famílias, amigos e vizinhos que trabalham na roça se unem para prestarem serviço ao seu semelhante, também trabalhador da roça que integra o grupo de companhia.

Grupos de Companhia são grupos de pessoas que se organizam para prestarem serviço um ao outro na preparação dos roçados, em uma relação de reciprocidade no trabalho. Nas relações de trabalho dos grupos de companhia todo trabalhador deverá retribuir ao seu semelhante com o trabalho, como rege o princípio da companhia, logo se adquire um débito, ou como comumente se chama, um compromisso para com os outros companheiros de grupo, uma espécie de troca de favores.

Para a realização do convidado a companhia realizava a ladainha e o Samba de Cacete, práticas culturais comuns na região Tocantina, como partes que compunham a encenação do cunvidado para a realização do trabalho de plantio de um roçado.

Para a análise e compreensão da prática do cunvidado na Vila de Juaba, utilizarei como suportes teóricos os trabalhos de PINTO, principalmente a obra “Nas veredas da sobrevivência” (2004), onde no capítulo intitulado “O Convidado pelas regras do Putirum”, esta autora destaca a relação de troca de dias entre os camaradas para a realização do plantio da roça. Assim como, utilizarei AMORIM, em cuja obra “Etnografia do convidado” (2000), faz uma descrição geral desta prática cultural que é realizada na comunidade de Tomázia, assim como também analisa como o grupo de pessoas que se reúnem em torno do cunvidado associam trabalho e lazer para a efetivação do plantio de um roçado, a partir da encenação de uma “batalha”.

Adentrando o mundo de trabalho na roça, analisando a formação e organização dos grupos de companhia e a realização do cunvidado na Vila de Juaba, na segunda metade da década de sessenta, na perspectiva de entender como o trabalho transforma a relação grupal nessa comunidade. Da mesma forma, busco compreender como essa prática vem sendo valorizada na atualidade pelos roceiros como experiência cultural adquirida dos seus Oancestrais, despertando nos estudantes interesse pelo tema possibilitando, assim, novos olhares

---

<sup>1</sup> área de mata que já passou pelo processo de roçagem, derruba, queimada e coivara, e que está apta para o processo de plantação

que ampliem os estudos sobre essa prática. Para Burke (2005), “cultura é um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida” (BURKE, 2005).

Essa abordagem será inserida na concepção temática da Nova História Cultural e Social na perspectiva da Escola dos Annalles, que valoriza os estudos das experiências de vida da população menos favorecidas política, econômica e socialmente, com abordagem qualitativa, se afastando do tradicional modelo histórico que nega historicidade as formas de organização e relações de grupos marginalizados socialmente, Conforme afirma José D’assunção Barros, em “O campo da História: especialidades e abordagens” (2004).

Nesse sentido, pretendo trazer minhas contribuições sobre esse tema analisando o valor atribuído ao trabalho dentro do grupo de companhia, o trabalho aqui é pensado como labor que é aquele trabalho do corpo do homem pela sobrevivência, como esse elemento é negociado no interior dos grupos de companhia de modo a transformar as relações que se tecem no espaço de trabalho na roça.

O interesse por este tema se faz por representar uma experiência de vida da qual meus pais, avôs, familiares e grande parte das famílias da Vila de Juaba vivenciaram essa experiência de trabalho na roça, participando de grupo de companhia. Esse interesse se reforçou quando em um dado momento em uma roda de conversa de um grupo de lavradores, ao qual presenciei, uma integrante de um grupo atual de trabalhadores se revoltou ao saber que um companheiro de grupo estava querendo pagar, em dinheiro, pelo seu dia de trabalho, essa postura deixou a trabalhadora indignada e emitindo o seguinte argumento: “eu não quero o dinheiro, pois eu foi ganhar” ( J.G.), isso significa que a mesma trabalhou para o companheiro em troca do serviço dele, para que ele o ajudasse da mesma forma que ela o ajudou em seu respectivo cunvidado, o que configura uma relação de troca.

Nesse sentido, busquei dialogar com trabalhadores para levantar informações sobre a realização dessa prática na Vila de Juaba, como o senhor Raimundo Gonzaga (Brás), que reviveu sua experiência do tempo quando iniciou a desenvolver esse trabalho ao lado do pai, revivendo como era a realização do cunvidado e relatando as mudanças pelas quais essa prática vem passando, o que foi importante para perceber as transformações da prática do cunvidado ao longo do tempo.

Busquei também informações junto ao senhor Lourival Tavares (Trem), trabalhador atuante no período estudado, pois buscava referência que revelasse como de fato os grupos se organizavam e realizavam o cunvidado naquele período.

Neste sentido, tento analisar o contexto atual da Vila de Juaba para compreender suas características tanto no sentido político, quanto econômico, social e cultural, para entender como essa sociedade vem se relacionado com as experiências passadas, observando as mudanças ou não nas práticas culturais herdadas dos antepassados.

Para tanto, elegeu-se como recuso teórico-metodológico estudos de alguns autores que discutem o tema em questão e aqueles que abordam questões referentes a memória e a oralidade, entre os quais se destaca: PINTO (2004, 2007, 2013), AMORIM (2000), BOSI (1979) MALUF (1995), PORTELLI (2010), THOMPSON (1992). Da mesma forma, realizei a pesquisa de campo, mediante observação e realização de entrevistas com homens e mulheres, cujas histórias de vida e memórias relacionadas às diferentes formas de trabalho e lazer, ajudaram na constituição do estudo.

E, assim, para o desenvolvimento e compreensão sobre a organização social da roça para a efetivação do trabalho coletivo no final dos anos 60, utilizei-me da oralidade como fonte prioritária para a construção deste estudo, pois, conforme afirma Lucena (1999) “a história oral fornece ao historiador oportunidade de reconstruir aspectos de personalidades individuais inscritas na existência coletiva, pelo fato de fontes orais dizerem respeito à memória” (LUCENA, 1999, p.23).

Nestas condições, priorizei neste estudo as entrevistas em forma de histórias de vida no trabalho da roça, com homens e mulheres acima de setenta anos de idade, de modo que os entrevistados tiveram completa liberdade para falar, lembrando suas experiências junto aos grupos de companhia e na realização do cunvidado no final dos anos 60. Depois de transcritas as entrevistas e analisado o material coletado junto aos homens e mulheres que vivenciaram as mesmas experiências no campo, utilizei a técnica de fichamento, selecionando trechos comuns nas falas dos informantes e que revelam uma experiência comum no trabalho da roça.

Para avançar no tempo e perceber as mudanças ocorridas atualmente na realização do cunvidado, passei a acompanhar os grupos nos trabalhos de plantio dos roçados, observando e fazendo anotações sobre o desenvolvimento do trabalho do cunvidado e relacionando-as com as observações descritas no período em que este trabalho propôs analisar. À medida que as dúvidas iam surgindo durante a escrita deste trabalho, retornava aos meus entrevistados para esclarecê-las, retomando as conversas anteriores para poder trazer à tona as lembranças que revelassem novas imagens do passado que pudesse esclarecer as dúvidas e, assim, torna-las compreensíveis.

A partir das análises e das informações contidas neste trabalho, pretendo contribuir para o desenvolvimento de estudos de práticas culturais negras na região do Baixo Tocantins, que

passou a ter importante relevância nos estudos historiográficos realizados a partir da década de 90, com vários autores que desenvolveram trabalhos de pesquisas, que retratam experiências, vivências, resistências e práticas culturais negras dessa região.

O presente trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro, intitulado, ***Companhia: Organização da Roça, Poder, Relações Sociais e Responsabilidades***, além de discorrer a respeito das características da Vila de Juaba, no município de Cametá/PA, com seus aspectos político, econômico e social, trata da formação e organização de grupos de Companhia para compreender de que forma se teciam as relações sociais no contexto social e de trabalho de tais grupos, assim como, os valores sociais que aparecem como elementos de sustentação das relações entre os trabalhadores da roça.

O segundo capítulo, denominado, “***Cunvidado: Uma Trilogia do Campo***”, trata desta respectiva trilogia como um conjunto de práticas culturais inventadas para efetivar o plantio de um roçado onde os grupos de companhia associavam religiosidade, festa e trabalho para a encenação do cunvidado.

## **CAPÍTULO I**

### **GRUPOS DE COMPANHIA: ORGANIZAÇÃO DA ROÇA, PODER, RELAÇÕES SOCIAIS E RESPONSABILIDADES**

## **1.1. VILA DE JUABA: LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GERAIS**

Compreender o conjunto de encenações que compõe a realização do trabalho na roça, em especial o cunvidado que é caracterizado pela realização de rezas e festas, é necessária à definição e compreensão do sentido de relações sociais para conhecermos como se tecem as relações sociais no contexto de trabalho entre os lavradores no meio rural na Vila de Juaba. Pois são os laços de companheirismos que possibilitam o grupo a desenvolverem atividades tanto culturais quanto sociais, que encontram significado na ideia de coletivo, pensado no sentido de cooperação entre pessoas inseridas em um mesmo espaço de trabalho e convívio social.

Nesse sentido, pensamos aqui em relações sociais que se caracterizam pela interação de pessoas em algum grupo social no qual os sujeitos se identificam. Determinado pelas diferentes formas com as quais os seres humanos se relacionam uns com os outros nos diversos espaços sociais, aqui trataremos do espaço social da roça onde trabalhadores rurais se organizam em grupo para realizarem o trabalho de forma coletiva. Visto que, as relações sociais resultam de um processo de assimilação e identificação que um sujeito adquiriu ao se relacionar com o grupo. Mencionando que as relações sociais pensadas neste trabalho são do tipo informal, aquelas que são duradoras caracterizadas pelo afeto, pelo respeito e, principalmente, por se tratar de uma relação de trabalho que integra cotidianamente a vida dos trabalhadores da roça.

É importante ressaltar que no trabalho da roça, que é objeto de análise deste estudo, embora houvesse distinção de função social, onde algum membro do grupo tivesse uma função específica, não havia diferenças de tratamentos entre os participantes do grupo, todos estavam inseridos em uma relação de igualdade, exercendo os mesmos direitos e deveres naquilo que era determinado para o grupo.

Situada à margem esquerda do rio Tocantins a vinte e cinco quilômetros da Cidade de Cametá-Pará, a vila de Juaba foi fundada no ano de 1.900. Atualmente o distrito possui uma população de 14.772,00 habitantes (IBGE, CENSO 2010) dos quais 3.489,00 (PSF DE JUABA) estão localizados na zona urbana, ou seja, residem na vila de Juaba.

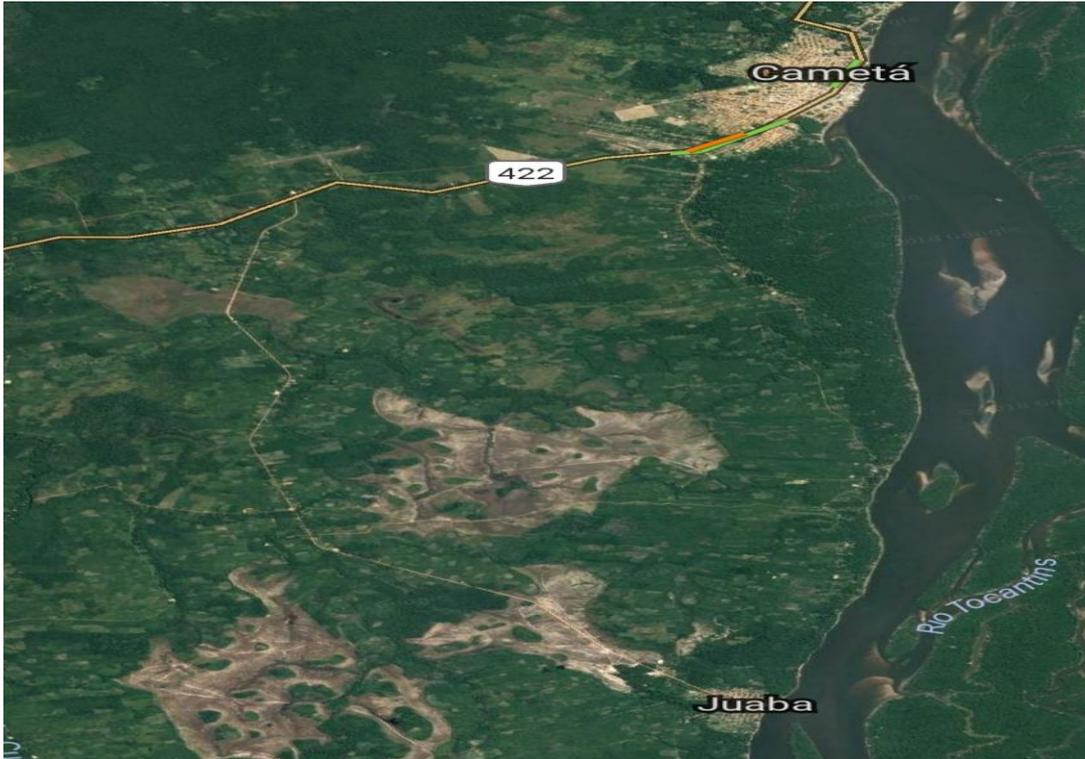


Imagem 01: Vias de acesso Cidade de Cametá - Vila de Juaba. Fonte: google.com/google\_maps

Para se chegar a esta localidade, partindo da cidade de Cametá, há três rotas a serem seguidas, ou via marítima subindo o rio Tocantins por meio de lanchas motorizadas ou seguindo pela transcametá indo até o km 07, onde se tem acesso a vicinal que dá acesso a Vila de Juaba, ou ainda seguindo pela vicinal que liga a comunidade de Ajó à comunidade de fazenda onde se encontra uma nova rota para se chegar a Vila de Juaba. Pinto (2007) menciona que,

“Segundo a oralidade local, a povoação de Juaba teve início pelas pretensões dos irmãos Virgílio Mendonça, Coronel Basílio Mendonça e Canuto Alves de Mendonça. Esses eventuais fundadores recebem a terra, onde está a povoação, das mãos dos senhores José Barroso (conhecido por Zé Bolacha), Domingos Ramos e Mateus Alves da Silva, possivelmente uns dos primeiros moradores dessa localidade” (PINTO, 2007, p. 26-7).

Pinto prossegue afirmando que “Juaba foi elevado à categoria de “vila”, através da lei 557, de 07 de junho de 1898, e do Decreto nº 819, de 08 de fevereiro de 1.900, tendo a sua devida instalação de “vila distrital” através da lei nº 1.530 de 05, de outubro de 1916” (PINTO, 2007, p. 30).

Por ter sido instalada próximo ao reduto do quilombo do Mola, importante quilombo de negros refugiados formado no final do século XVIII, a Vila de Juaba obtêm em sua formação cultural forte influência negra que se revelam nas práticas culturais como: Bambaê, Banguê, Samba de Cacete e outros, estas e outras representações culturais podem ser observadas junto ao festival Cultural Juabense, realizado desde 1994 e atualmente acontece no mês de julho,

onde é mostrado as culturas dessa sociedade. Assim também, outras experiências de origem negra se propagaram por aqui como a prática do cunvidado reproduzido pelos trabalhadores rurais no campo, inventadas pelos negros escravos ou não que habitavam neste espaço, ou possivelmente transportadas pelos negros que migraram da localidade de Mola para a Vila de Juaba e trouxeram junto suas culturas que as identificavam e fizeram propagar no novo espaço social, entre eles a organização dos grupos de companhia que organiza o cunvidado, prática cultural que associa trabalho e lazer no campo.

Pela primeira vez na sua história política, no sentido partidário, a Vila de Juaba elegeu dois vereadores para defenderem os interesses da população junto à Câmara Municipal de Cametá.

A Vila de Juaba, no campo religioso, possui atualmente seis igrejas de diferentes concepções ideológicas no que tange a forma de pensar a religião. Mas com destaque para a igreja católica de São José e as igrejas evangélicas Assembleia de Deus e a Quadrangular que retêm os maiores números de fiéis, também por serem as mais antigas da vila, visto que as demais por serem jovens nesse espaço territorial, estão buscando se firmarem de forma permanente junto à sociedade.

A vila também possui um posto de saúde, dito aqui está sucateado, que atende a população do distrito realizando diversos tipos de atendimento, pois a unidade de saúde conta atualmente com um enfermeiro e um médico para atender a população diariamente durante o período diurno. Porém, mesmo com a presença permanente desses profissionais de saúde, podemos dizer que a situação é caótica para quem procura a unidade de saúde, pois os profissionais não têm muito que fazer já que a unidade não oferece subsídios básicos para o atendimento, como por exemplo, medidor de pressão que estava em falta no posto. Nesse sentido, e essa é uma visão particular minha, penso que em termos de saúde os grandes ganhos para a população foram às conquistas resses de uma Ambulancha e uma Ambulância, destinadas exclusivamente para atenderem a população distrital de Juaba, que buscam na cidade de Cametá melhores recursos de atendimento à saúde.

A vila possui uma caixa d'água, de responsabilidade do SAAE (serviço autônomo de água e esgoto), desde 1983, que atende a população com o fornecimento de água potável por pelo menos 18 horas por dia, isso em área onde o terreno é mais baixo, como por exemplo a parte frontal da vila, em áreas mais altas esse tempo de disponibilidade da água é menor.

Porém, ultimamente este serviço vem sendo precarizado já que a dimensão espacial da vila vem aumentando e exigindo, assim, a expansão planejada e adequada da rede de distribuição de água o que não vem ocorrendo, deixando uma parcela considerável da população

sem a disponibilidade desse bem em suas casas. Mas isso não significa que essas áreas novas da vila não usufruam em suas casas da água fornecida pela rede de distribuição do SAAE, pois a expansão da rede de distribuição vem se dando de forma clandestina, feita pelos próprios moradores e com material inadequado, não correspondendo à capacidade de levar água a uma parcela da população. Esse fator já provocou conflito e dividiu a população quando no ano de 2015, uma pequena parcela da população promoveu uma greve e impediu o fornecimento de água para o restante dos moradores da Vila. Segundo um informante e responsável pelos serviços do SAAE na Vila de Juaba, há um novo projeto do órgão em andamento para a construção de uma nova caixa d'água e a ampliação da rede de distribuição de água para atender essas áreas aonde o atendimento ainda não chegou.

Em termos educacionais os avanços são significativos, observo que o quadro de profissionais mediadores da educação evoluiu consideravelmente pós-realização de concursos públicos, já que ascenderam aos cargos profissionais com melhor qualificação para atuarem em sala de aula, minimizando os interesses políticos orientados pela manutenção do voto via prática de favores. Atualmente a Vila de Juaba possui três escolas, sendo duas de Ensino Fundamental, uma que atende ao fundamental menor e outra que atende ao fundamental maior e, uma de Ensino Médio que atende tanto aos alunos de dentro da vila quanto aos alunos de outras comunidades do distrito. Porém, ainda muito longe de atender as necessidades da população que carece da falta de construções de novas escolas para atender nossos alunos uma vez que as existentes a cada ano que passa não comportam o grande número de crianças que procuram ingressar nessas escolas, assim também, como carece da falta de creche para atender os trabalhadores rurais principalmente, uma vez que estes precisam trabalhar e não dispõem de espaços para deixarem seus filhos, visto também que a única escola que atende ao ensino infantil não possui mais capacidade física de atender a demanda da vila, nos últimos anos como se vem observando, esse problema vem se mostrando mais frequente.

Já no caso do Ensino Médio, a vila conquistou depois de anos de luta uma escola própria para atender os alunos desse nível de ensino, mas somente neste ano de 2018 o ensino passou a funcionar no sistema regular de ensino, deixando de funcionar por meio do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME). Este é um sistema de ensino organizado por módulos e que não cabia mais na composição educacional para atender os estudantes da Vila de Juaba, que atualmente já oferece condições básicas, como espaços físicos adequados, e profissionais qualificados nas áreas da educação para atender as demandas desse grau de ensino, sem contar toda estrutura que oferece. Porém, os desafios são muitos já que o descaso do poder público estadual para com a educação local é tamanho, pois a escola que atende ao Ensino Médio não

dispõe de profissionais de apoio que executem a limpeza do espaço escolar, só para citar um dos problemas vigentes, sendo que as tarefas são feitas pelos próprios alunos para manterem o ambiente limpo e, assim, possibilitar o aprendizado necessário para uma formação humana.

A Vila de Juaba possui uma praça que se estende da primeira a terceira rua da vila, todo o espaço que compreende a Praça São José recebeu calçamento tipo broquete. Porém, esse calçamento não vai muito além da praça avançando em torno de cem metros em uma das ruas da vila. No mais, as ruas não possuem calçamento algum.

No campo econômico, o principal injetor de recursos financeiros na economia local é o poder público municipal que detém um número significativo de servidores com vínculo empregatício junto ao governo municipal.

Porém, é possível observar que a maioria da população depende quase que exclusivamente da lavoura de subsistência, estando atreladas ao trabalho da roça de mandioca. Digo quase porque essas famílias encontram nos programas sociais do governo federal parte do seu sustento familiar, mas estando estes como uma complementação da renda já que a base do sustento é proveniente da produção da farinha de mandioca ou, como é comum por essas bandas, farinha d'água.



Imagem 02: Praça São José - Vila de Juaba (Vista de cima). Fonte: Claucinei Barroso.

A Vila de Juaba possui uma feira que acontece aos domingos na Praça São José (queira ver imagem 02), mas precisamente no calçamento construído pelos próprios moradores da vila com recursos provenientes dos próprios feirantes que ocupam este espaço de comercialização

de produtos regionais, em sua maioria, que arrecadavam todos os domingos um valor junto ao Centro Comunitário São José, associação criada com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável local. A construção desta obra pelos próprios moradores e com incentivo do Centro Comunitário São José que uniu as pessoas em pró de um objetivo que tinha como fim o bem comum, revela uma característica de uma sociedade que encontrou na coletividade uma das referências da identidade de um povo que é caracterizada pela associação grupal para efetivar uma tarefa que visa o bem comum.

Na feira um grande número de trabalhadores estabelecem relações comerciais possibilitando a comercialização de diversos produtos, da região ou não, trazidas por feirantes de diversas localidades do distrito e também da cidade de Cametá, como também da cidade de Mocajuba que estão se voltando para o intenso movimento comercial que a feira proporciona atualmente. Na feira atribui-se destaque para a farinha de mandioca como um dos principais produtos a ser comercializado juntamente com o açaí e o pescado.

A farinha de mandioca pode ser vista como o principal produto comercializado na feira, como também, a comercialização dos demais produtos está atrelada à comercialização da farinha de mandioca, me recorde de ouvir em uma determinada oportunidade de um amigo feirante que a venda estava ruim e tudo era pela não comercialização da farinha o que implica pensar que este produto é o principal propulsor da comercialização dos demais produtos na feira. O bom desempenho na venda deste produto promove a melhora nas vendas dos demais produtos.

Atualmente a Vila de Juaba vem passando por um processo de transformação acelerado, que o diga a parte frontal da vila que das casas de madeira que configurava a paisagem, agora esta sendo tomada pelas construções de alvenarias que estão se multiplicando. A vila também vem ganhando novas ruas e travessas em função do crescimento populacional identificado com a vinda de colonos, principalmente, que estão migrando para a sede do distrito, o que é possível observar que a vila basicamente triplicou de tamanho na última década, pensando em uma estimativa aproximada.

Acompanhando esse crescimento populacional que requer também uma maior demanda de bens, o comércio vem impulsionando e se dinamizando ao longo do tempo oferecendo posto de combustível, farmácia etc., possibilitando à população novas opções de compras.

Como os processos de transformações em meio às sociedades ocorrem em todas as frentes, no plano cultural também as mudanças são significativas, mas é importante ressaltar que as resistências se propagam por realizações daqueles que vivem as experiências passadas,

seja praticando-as no seu cotidiano ou por meio das lembranças de velhos e velhas que as mantêm vivas propagando-se no tempo.

## 1.2.PODER, RELAÇÕES SOCIAIS E RESPONSABILIDADES

No cotidiano de trabalho dos lavradores da Vila de Juaba, na segunda metade da década de 60, o mês de julho marcava o tempo em que os lavradores se juntavam para formarem os grupos de companhia, organização social criada para desenvolver o trabalho na roça de forma coletiva. Esses grupos eram compostos por pelo menos de quinze a vinte casais, isso dependia do número de trabalhadores que se apresentavam no dia da reunião para formarem a companhia.

Essa organização constitui a união dos trabalhadores rurais que em seus contextos de trabalho na lavoura de subsistência traçavam um objetivo comum a todos os integrantes do grupo de companhia, que era a realização do trabalho em conjunto para a preparação do roçado, uma relação mediada pela troca de dia em que um trabalha para o outro em comum acordo de retribuição pelo dia trabalhado.



Imagem 03: José Leocárdio, seu Loló, 82 anos. Fonte: Kleber Arnaud.

“A gente era convidado pra participar do grupo de companhia e a gente ia no dia marcado à saber as leis naquele grupo, como ia acontecer, comedoria, regime, tudo” (José Leocárdio de Carvaho, seu Loló, 82 anos).

Nas lembranças do trabalhador Leocardio José Tavares, mais conhecido por, Loló (queira ver imagem 03), emerge os momentos de organização da companhia, a união dos trabalhadores em função de um objetivo no trabalho da roça e as diretrizes que iriam nortear as relações dos integrantes no grupo da companhia.

Com a formação da companhia se estabelecia um acordo entre os lavradores para desenvolverem um trabalho coletivo entre os integrantes do grupo, esses acordos prevaleciam em algumas etapas dos trabalhos nos roçados, que começavam com a broca<sup>2</sup>, perpassava pela derriba<sup>3</sup> que eram os trabalhos que o grupo realiza em conjunto e estendia-se até a fase de plantação do roçado<sup>4</sup> que passa a se chamar de roça<sup>5</sup>. Essas três etapas de trabalho o grupo de companhia realizavam em conjunto, sempre na relação de reciprocidade em que um lavrador ajuda o outro no seu trabalho de preparação e plantação do roçado. Estas são informações colhidas com ajuda das lembranças que velhas e velhos trazem para o presente sobre a organização do trabalho na roça, pois conforme afirma Bosi, “a lembrança é a sobrevivência do passado” (BOSI, 1994, p. 53). Estas são experiências repassadas pelos mais antigos trabalhadores da roça, rememorando uma representação política de grupo que reproduziu sua própria organização social no meio rural da Vila de Juaba. Para Célia Toledo, “a memória reescreve a realidade vivida pelo grupo e as lembranças são imagens construídas, que produzem o conjunto das representações dos entrevistados e adquirem um caráter coletivo” (TOLEDO, 1999, p. 81).

As falas dos entrevistados ao revisitarem suas lembranças ajudam reconstruir um passado onde os lavradores criavam sua própria unidade de trabalho que era fundamentado na relação de troca, de ajuda mútua entre os trabalhadores da roça, reconstroem um cotidiano de trabalho na roça orientado pelos grupos de companhia que determinava as relações sociais entre os trabalhadores na lavoura de subsistência.

Essa união de trabalhadores era fruto de uma organização na qual os grupos passavam a se definirem enquanto grupos de companhia e a se organizarem a partir de um interesse comum a todos os trabalhadores, que era executar a preparação do roçado de cada um dos integrantes do grupo por meio da força do trabalho coletivo do grupo de companhia, diz seu Oênis de Pinho Lopes (queira ver imagem 04),

“todo o trabalho do grupo era na roça, não tinha outro objetivo” (Oênis de Pinho Lopes, 78 anos).

---

<sup>2</sup> - fase inicial de preparação do roçado, que consiste na retirada do mato mais fino, uma fase preliminar de limpeza do terreno.

<sup>3</sup> - fase de limpeza que consiste na retirada das árvores maiores da área onde está sendo preparado o roçado.

<sup>4</sup> - área de mata que já passou pela fase de roçagem, derriba, queima e coivara e, que está apta para o processo de plantação.

<sup>5</sup> - área do roçado que já passou pelo processo de plantação do pau da maniva.



Imagem 04: Oênis de Pinho Lopes, 78 anos.  
Fonte: Kleber Arnaud

O grupo era voltado para o trabalho na agricultura de subsistência, como é possível observar na fala do senhor Oênis, transcrita acima, ao mencionar o objetivo para o qual se organizava a “companhia agrícola”. A partir daí, após se juntarem e decidir pela formação da companhia, definia-se a organização interna do grupo onde era escolhida a representação de um presidente, pessoa que exerceria o poder de controlar as ações do grupo, essas escolhas eram conjuntas e por meio de uma votação simbólica na qual cada responsável familiar tinha o direito de escolha, se instituíam então a representação de um líder que detinha o poder de organizar e orientar os trabalhos do grupo durante o período de preparação e de plantação dos roçados.

No momento presente os grupos de trabalhadores formados para desenvolverem os trabalhos na roça de forma coletiva, são organizados a partir de um consenso conjunto dos trabalhadores que se reúnem com o objetivo de constituir uma companhia. Como foi incorporado pelos trabalhadores ao longo do tempo, faz-se a escolha de um líder, sujeito que responde pelas ações do grupo, normalmente o mais velho da equipe, essas informações foram colhidas junto a um integrante de grupo de companhia, porém, observando o desenvolvimento dos trabalhos dos grupos percebe-se que a função do presidente está restrita em apenas mediar às relações dentro do grupo, no mais, ele atua executando as mesmas funções que os outros trabalhadores em uma relação de igualdade aos seus pares, ou seja, o líder é um trabalhador que participa ativamente dos trabalhos da companhia, mas as demais funções que caberiam a ele ou ao comandante no período estudado neste trabalho são atribuídas ao próprio dono do serviço

que se encarrega de exercer essa função de coordenar e fiscalizar as atividades de trabalho do grupo.

A figura do líder, no sentido de orientar e fiscalizar os serviços, ela é quase que imperceptível no trabalho da roça só se percebendo sua atuação enquanto liderança no momento em que alguém está exagerando no consumo da cachaça é quando ele ordena a restrição da bebida a este sujeito, ou no momento após a realização do trabalho ao chegar para almoçar que ele ordena que todos retenham suas ferramentas de trabalho em um determinado lugar apontado por ele, pois é um momento de descontração do grupo que em caso de embriaguez de algum integrante, pode haver desentendimento e a ferramenta se torna em arma nas mãos do trabalhador bêbado.

Sua atuação na atualidade se dá mais na área de negociação do trabalho do grupo quando alguém que não faz parte da companhia está querendo comprar um dia de trabalho do grupo, prática bastante comum no cotidiano da companhia atualmente. Essa negociação é de responsabilidade do líder que especifica condições e valores para que o grupo preste o serviço a alguém que não integra a companhia, mas vale lembrar que a companhia só presta serviço a outro em caso de não haver compromisso dentro do grupo.

As mudanças que ocorrem ao longo do tempo são características das sociedades pós-modernas que estão inseridas em um processo de transformações provenientes do processo de globalização que promove uma intensa interação de culturas diversas que se socializam promovendo desequilíbrios das formas tradicionais de representar uma cultura. Para Hall, “a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2005, p.13). A identidade do sujeito pós-moderno é algo que está em constante formação proveniente de uma intensa interação com uma diversidade de identidades que se inter-relacionam provocando um movimento contínuo na formação de uma identidade que não é fixa e acabada, mas que está em plena reconfiguração uma vez que ela é frequentemente modificada pela influência de outras experiências culturais que levam os sujeitos a internalizarem novos valores dando outra configuração a sua identidade. “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2005, p. 13).

Na década de 60, o líder escolhido representaria o grupo até o término do trabalho de todos os integrantes da companhia, diz o senhor Jeová de Oliveira de 79 anos (queira ver imagem 05),

“se fosse vinte homem, era vinte roçado que nós tinha que fazer, um pra cada trabalhador” (Jeová de Oliveira , 79 anos).

A memória do trabalhador rural, expressa através da oralidade, leva-nos a concluir que a companhia somente finalizava seus trabalhos, em grupo, após haver preparado o roçado de todos os integrantes do grupo, depois de cumprido o objetivo da companhia agrícola de proporcionar que cada integrante obtenha seu roçado pronto e plantado, marcava o término da companhia e, conseqüentemente, o poder de liderança do presidente.



Imagem 05 . Jeová de Oliveira , 79 anos. Fonte: Kleber Arnaud



Imagem 06. Lourival de Carvalho, seu trem, 87 anos. Fonte: Kleber Arnaud

A companhia retornava no ano seguinte onde os trabalhadores novamente se organizavam para retomarem o mesmo processo de formação e organização dos grupos, conforme relembra seu Lourival de Carvalho (queira ver imagem 06):

“todo ano era isso, nós reunia pra organizar a companhia, fazia tudo de novo” (Lourival de Carvalho, seu trem, 87 anos).

Contudo, o que se observa era um processo de continuidade tanto da unidade do grupo, uma vez que os lavradores mantinham uma relação de ajuda mútua no trabalho, ou seja, não havia uma separação no sentido de que as famílias não auxiliassem umas as outras no trabalho, pelo contrário elas se mantinham unidas de forma a trocarem ajuda no seguimento dos trabalhos na roça, como também a representação do líder se mantinha no ano seguinte uma vez que os relatos nos dão a entender que uma liderança só deixava o posto quando não se sentia mais

preparado para enfrentar a “peleja”<sup>6</sup> do trabalho na roça, e que se associa a noção de rotina dura e cansativa, era quando este recusava a escolha do grupo que faria então a escolha de outra pessoa, ou seja, ainda que todo ano houvesse uma votação para a escolha do líder, o que se configurava era uma continuidade já que se reconduzia o mesmo líder ao posto de comando da companhia. Seu Lourival (Trem) lembra que sempre era escolhido o mesmo presidente no ano seguinte,

“era sempre a mesma pessoa, dificilmente era escolhido outro pra ser presidente, só se ele não quisesse mais é que elegia outro, por que fazia um bom trabalho” (Lourival de Carvalho, seu trem, 87 anos).

A fala do entrevistado revela que a função era bem desenvolvida e não havia necessidade de mudança, logo, um líder tinha um longo período de comando da companhia.



Imagem 07: Covadores em momento de descontração e socialização no trabalho da roça. Fonte: Wellington Costa.

Atualmente os grupos de trabalhadores da roça ainda se organizam em forma de companhia para desenvolverem as atividades de forma coletiva, mantendo uma relação de troca de dia de trabalho, uma relação de reciprocidade no contexto de trabalho na roça, onde assumem

<sup>6</sup> - A palavra “peleja” colhida na fala do senhor Jeoval de Oliveira e significa enfrentar trabalhos pesados e difíceis da roça, ou ainda, os desafios impostos pela vida.

o compromisso entre si de um ajudar o outro na preparação do roçado. Porém, os grupos não são identificados por nomes específicos que identifique a companhia e nem possuem bandeira com as representações do cotidiano do trabalho na roça como era característico dos grupos nos anos 60. A representação da capitua como líder das mulheres também não se exerce mais, elas estão em uma relação de igualdade sem a imagem de uma superior nas relações do gênero feminino.

Os trabalhos da companhia associados ao lazer somente se realiza nas fazes da broca e da derruba, que são momentos onde o grupo trabalha motivado pelas cantorias que são entoadas no mato. Na década de 60, essas cantorias eram denominadas de dobrados e era entoado por um quarteto de trabalhadores que “puxavam” a canção e depois o resto do grupo acompanhava. Esse quarteto emitia quatro tons de vozes diferentes que são denominados pelos lavradores de: tipo, tenor, baixo-tenor e contra-alto. Observando a cantoria atualmente, pude notar que não se houve a denominação de dobrado, apenas se diz entre os trabalhadores que estão “cantando ou gritando companhia”. Mas a desconfiguração do caráter festivo se dá na realização do convidado pela companhia que perdeu parte da essência festiva, pois atualmente não se cantam canções, como também não se realiza o Samba de Cacete, o convidado é apenas a realização do trabalho de plantação, ao término deste todos se direcionam para onde será servida a refeição, porém sem o contexto festivo que marcava os trabalhos das companhias nos anos 60, são mudanças pelas quais as realizações do trabalho das companhias veem passando em função da interação com novos valores com os quais não se relacionam, mas que não pretendo abordar neste trabalho.

Com a formação do grupo de companhia e definido a escolha do líder, se definia as regras internas que iriam normatizar as relações dos trabalhadores no grupo, essas regras ou eram anotadas em um caderno ou então eram definidas verbalmente sendo do consenso dos trabalhadores o que era mais comum acontecer uma vez que, os trabalhadores não tinham o hábito da escrita, ou mais precisamente não era comum se fazer anotações, então todas as normas determinadas pelo grupo normalmente ficavam determinadas verbalmente. Oenis Lopes relata que “naquele tempo era tudo na fala”, ou seja, as relações na companhia eram efetivadas em uma relação de comprometimento e respeito para com o grupo, o que atribui o caráter verbal em que eram definidos os acordos dos grupos de companhia, não havendo necessidade de registrar em documentos, pois os trabalhadores faziam prevalecer as suas palavras afirmadas no momento de decisão e escolhas para formação e organização das companhias.

Os trabalhadores da roça que integravam a companhia definiam sobre diversos pontos de interesse do grupo como café da manhã, merenda, alimentação, bebida, fumo, sobre o samba de cacete e, também, como o grupo iria desenvolver seus trabalhos de preparação e plantação dos roçados, se de forma conjunta ou se formariam equipes para executarem uma determinada tarefa separadamente. Porém, dentro de um mesmo espaço de trabalho, ou seja, as equipes realizavam um único trabalho, mas em um espaço demarcado para cada equipe onde quem acabasse com aquela demanda estava livre para descansar, mas essa condição não era comum de acontecer uma vez que o grupo priorizava a efetivação do trabalho em conjunto.

Discutiam-se as demandas que podia se relacionar com o trabalho na roça em se tratando de despesas que dependeria de recursos financeiros para o dono do serviço, era debatido para que fosse do conhecimento e do consentimento de todos os lavradores integrantes da companhia, cujo objetivo dos trabalhadores era definir quem se responsabilizaria a arcar com as despesas no dia de realização do seu trabalho, seja de preparação ou plantação do roçado.

Essas definições eram importantes para a companhia agrícola, pois caso algum trabalhador do grupo se colocasse impossibilitado de oferecer esses itens aos trabalhadores, todos tinham responsabilidades de levarem suas alimentações no determinado dia de trabalho desse companheiro que se colocou sem condições de arcar com todas as despesas, pois no grupo de companhia nenhum trabalhador era forçado a disponibilizar o que não podia oferecer, era uma forma de respeito à condição social e financeira do roceiro, uma forma de se colocar no lugar do outro e compreender que este trabalhador vive uma condição social que não lhe oferece condições de arcar com uma demanda de mantimentos. Mas que ele tem algo a oferecer que é de suma importância para o grupo, que é a sua força de trabalho, uma vez que para os lavradores inseridos na relação social e de trabalho dos grupos de companhia o que se valorizava era a mão-de-obra, a força de trabalho do companheiro de grupo, pois todos vivenciavam uma experiência social onde nem sempre era possível arcar com as despesas requeridas para o trabalho na roça.

Em meio a esse conjunto de regras, o grupo estabelecia uma relação de ajuda mútua entre os companheiros de trabalho na roça, desenvolvia-se um laço de comprometimento entre os trabalhadores que se responsabilizavam a prestarem serviços a todos os integrantes do grupo até que todos tivessem seus roçados prontos, cumprindo com o acordo que fora definido em reunião de formação do grupo de companhia. Estabelecia-se então uma relação grupal que era definida pelo prestação do trabalho na roça, onde um trabalhador que presta serviço ao companheiro recebe como recompensa o pagamento com o trabalho, uma relação de troca de dia de trabalho no campo, como forma de retribuição pela ajuda recebida do companheiro de

grupo quando este participou da preparação do roçado de um determinado lavrador integrante do grupo.

No contexto de formação de grupo de companhia, passava a se estruturar uma forma escalonada de poder que a princípio era definido pelos integrantes que escolhiam quem seria o líder, aquele que receberia toda a confiança do grupo para controlar, organizar e direcionar todos os trabalhos que o grupo viesse a desenvolver, como também os momentos de lazer e, conseqüentemente, era quem estabeleceria as funções de cada um integrante nos dias de trabalhos do grupo. A noção de poder empregada neste trabalho está associada à ideia de formação organizacional para o desenvolvimento do trabalho na roça em grupo, onde se estabelecem funções específicas aos trabalhadores para efetivarem uma determinada atividade.

Essa decisão era coletiva, todos os que se juntavam para formar o grupo tinham o poder de escolha, poder de opinião para determinar as diretrizes que iriam orientar o grupo, logo, elegia-se algumas prioridades para ser líder, como por exemplo: a responsabilidade é um elemento que aparece como fundamental para definir a escolha de um líder, pois cabia a ele controlar todas as atividades do grupo, como também ele deveria ser o primeiro a se apresentar para a realização de um trabalho, pois cabia a ele juntamente com o dono do serviço recepcionar os trabalhadores e coordenar tudo que envolvia o cotidiano de trabalho e lazer do grupo de companhia.

Sendo assim, estar na condição de líder não significa apenas possuir o poder de controlar as ações do grupo, mas também o responsável por mediar a relação entre o dono do serviço e os outros trabalhadores aproximando-os em um espaço de convivência social, no mais, deveria ser o primeiro a se apresentar e organizar o que irá ser feito, uma responsabilidade assumida que é transmitida aos demais trabalhadores como símbolo de organização e comprometimento de todos os lavradores com o cumprimento do dever para com o grupo.

Na Vila de Juaba, no período estudado, haviam dois grupos de companhia identificados como: Companhia Nossa Senhora da Piedade e a Companhia Chapéu Virado, onde a organização interna desses grupos era definida pelo líder de cada grupo, eles escolhiam a representação de um comandante, espécie de auxiliar do presidente, que assim como o líder era único e permanecia até se encerrar a companhia. Essa organização para a coordenação dos serviços desenvolvidos pelo grupo contava também com uma capitua, que assim como, o presidente e o comandante, exercia a função por todo o período em que a companhia estivesse atuando, porém, a liderança feminina atua na realização do convidado. Para Amorim, “o convidado é uma prática cultural que associa trabalho e lazer no campo” (AMORIM, 2000). É importante fazer essa identificação para não deixar o sentido vago dificultando a compreensão

do termo cunvidado. Porém, ressalta-se que discursão será feita em outro capítulo deste trabalho. Então, toda a organização da companhia era de competência do presidente, ele era quem detinha a função de escolher quem exerceria uma determinada função na companhia, assim como para a realização do cunvidado, visto que essas demais funções que aparecem neste momento de trabalho não eram fixas, elas normalmente obedeciam a um rodízio entre os trabalhadores que trocavam de função em um ou outro cunvidado, mas sempre sendo determinadas pelo presidente.

Normalmente eram escolhidas as duas pessoas mais votadas para concorrerem à liderança do grupo e, naturalmente as mais velhas eram as escolhidas e, daí se escolhia uma que seria o líder e iria coordenar as ações e os trabalhos do grupo, como era comum na escolha do grupo privilegiava-se sempre o mais experiente, aquele que detém maior conhecimento e experiência da organização do trabalho na roça.

Ao atribuir à pessoa escolhida o poder de representação do grupo, este assumia o compromisso de fazer valer os acordos feitos no momento de formação do grupo. Todos os trabalhos a serem feitos era gerenciado pelo líder, isso durante a fase de preparação do roçado que corresponde a broca e a derruba, e também na realização dos cunvidados, trabalhos que o grupo desenvolvia em conjunto, ou seja, fases de preparação do terreno e plantação do roçado onde os trabalhadores prestam ajuda uns aos outros, onde a força coletiva do grupo atua em conjunto, já os demais trabalhos como a queima<sup>7</sup> e a coivara<sup>8</sup> eram realizados apenas pela família do dono do roçado, mas não era regra uma vez que algumas famílias se juntavam para ajudarem umas às outras, na realização das tarefas do trabalho na roça que o grupo não efetivava em conjunto.

Sendo então definida a representação do grupo, todos tinham que prestar obediência, logo, estabelecia-se uma relação de respeito, tanto dos trabalhadores para com o líder fazendo cumprir suas determinações quanto entre os comandados entre si, pois não faltar com o respeito significava fazer cumprir com suas obrigações firmadas com o grupo, eis aí outro valor que o grupo primava por prevalecer. Porém, a noção de poder no grupo de companhia não significa que quem os detém não participe dos trabalhos com o grupo, todos sem exceção participavam da realização do trabalho que era coletivo, mais o líder sempre ficava com as tarefas menos pesadas, não pela função que exercia na companhia, mas pelas condições físicas apresentada, em função da idade por ser um dos mais velhos do grupo.

---

<sup>7</sup> - processo de atear fogo no mato seco para a limpeza do terreno onde está sendo feito o roçado.

<sup>8</sup> - retirada dos paus que não queimaram completamente, estes são amontoados ao lado do roçado ou são queimados novamente.

Para a realização do cunvidado, momento onde acontece a plantação do roçado, fazia-se outra reunião do grupo, era o momento de se escolher o dia que cada integrante queria realizar o seu cunvidado, tudo devidamente controlado pelo líder, pois eis outro elemento que é priorizado pelo grupo de companhia: a organização, tudo era devidamente dentro do que havia sido definido, e que cabia ao líder organizar para que algum impasse não atrapalhasse o bom andamento dos trabalhos de modo que não coincidissem o dia de trabalho de dois donos de roçados que deveriam ser plantados, tudo deveria ser definido com antecedência para que se evitasse desinformação a respeito do andamento dos trabalhos a serem realizados.

No cunvidado, essa noção de poder que se atribui ao chefe familiar no momento de formação do grupo, é dividida com a participação da mulher na frente de comando dos trabalhos. A mulher que não tem participação na constituição do grupo, não no sentido físico estando presente no momento de formação, mas sim, no sentido figurativo já que elas estão envolvidas nesse processo, uma vez que a companhia é caracterizada pelos pares, ou seja, entre casais, e também na fase de preparação do roçado, que são momentos exclusivos do homem, no que desrespeito a execução do trabalho de limpeza do terreno uma vez que, a mulher atua fora desse espaço participando na preparação da alimentação para os trabalhadores. Na realização do cunvidado ela aparece com o poder de liderança junto ao homem com a imagem da capitua, palavra que é uma constituição do vocabulário do lavrador e que está associado à ideia de capitã, de liderança,

“é a companheira do capitão, ela é que manda nas mulheres”, diz seu Oenis sobre a capitua (Oenis de Pinho Lopes, 78 anos).

O que nos remete a relacionar as duas palavras, pois no contexto de divisão do trabalho na roça é ela quem comanda os trabalhos das mulheres, uma vez que elas estão envolvidas no jogo simbólico de disputa que envolve os gêneros no trabalho da roça, essa disputa é simbolizada pela conquista da bandeira que pendurada em uma vara é fincada à beira do roçado, onde será realizado o cunvidado. No momento de plantação dos paus da maniva no roçado, homens e mulheres são envolvidos no trabalho na disputa pela bandeira, símbolo de realização e conquista de mais um dia de trabalho. São imagens e representações que no contexto atual de trabalho na roça não constituem a formação dos grupos e organização das companhias. Essa conclusão é resultado de observação junto a um grupo de trabalhadores que se organizam para o trabalho na roça, porém recriando a sua concepção de formação e organização de grupo que desenvolve o trabalho coletivamente no meio rural.

O papel de liderança da mulher é definido de formas diferentes dependendo do grupo, no caso da Companhia Chapéu de Palha, eram elas que escolhiam a líder que coordenaria os trabalhos femininos segundo os relatos do senhor Jeová de Oliveira,

“na nossa companhia a mulher é que escolhia quem era a capitua, quem ia comandar elas” (Jeová de Oliveira, 79 anos).

Porém, essa escolha da capitua pelas mulheres é subordinada a imagem do homem líder do grupo, uma vez que a escolha sempre resultava na companheira conjugal do presidente da companhia, é que o trabalho do cunvidado é realizado aos pares, ou seja, por casais, logo, a escolha era condicionada a imagem do companheiro, escolher outra se não a companheira do líder seria mesmo que romper com a relação grupal formalizada pelos pares, pois para além do trabalho na roça a hora do lazer também acontecia entre casais, como uma relação de respeito ao companheiro não era aconselhável dançar com a companheira ou companheiro do outro, isso entre os trabalhadores que tinham uma vida conjugal, o que explica a escolha da companheira do líder da companhia. Já na companhia Nossa Senhora da Piedade, a primeira capitua era escolhida pelo líder do grupo, e só se houvesse a necessidade de escolher uma segunda representante as mulheres eram quem faziam essa escolha, ou seja, a primeira capitua se encarregava de fazer a escolha.

O líder, antes da realização de um trabalho do cunvidado, tinha como responsabilidade organizar o grupo de forma que se definisse a função de cada um no momento da realização do trabalho. Estabelecia-se então uma organização estruturada onde se atribuía poder a outros para executar uma tarefa no dia de trabalho, se definia então: o comandante, aquele que iria auxiliar o serviço junto com o presidente do grupo, servia também água, cachaça e também ajudava nos serviços do cunvidado; o capelão, aquele que era encarregado da realização das ladainhas, celebração religiosa que acontecia antes da realização do samba de cacete; o rancheiro que é o sujeito encarregado da distribuição da cachaça aos trabalhadores; o caceteiro, que é responsável por cortar os paus da maniva no dia do cunvidado; definiam-se os auferes, que são os covadores que sempre em número de dois assumiam as cabeceiras dos eitos<sup>9</sup> no momento de plantação do roçado. Essa organização definia a estruturação do grupo para o desenvolvimento dos trabalhos em um determinado dia, aprimorando o andamento do serviço já que cada trabalhador tinha uma função específica a desenvolver.

---

<sup>9</sup> - são divisões feitas no espaço do roçado no dia de plantação, com espaçamento que tem um tamanho de duas braças, em média de três metros, de largura.

Na representação de liderança de grupo de companhia o poder feminino só aparecia na realização do cunvidado, a mulher na imagem da capitua assume um papel importante na constituição do grupo, uma vez que a divisão do trabalho entre o homem e a mulher no grupo de companhia é um dos elementos que caracterizam a realização do cunvidado no jogo de disputa que envolve o desenvolvimento do trabalho de plantação na roça. Assim que ela assume esse papel de líder ela controla o espaço feminino, mas que não deixa de ser também um espaço masculino, visto que ambos estão envolvidos no jogo de poder que é mediado pela força e agilidade no espaço de trabalho em que os gêneros estão inseridos e que caracteriza a realização do cunvidado para se plantar uma roça.

As organizações dos grupos de companhia no atual estágio de desenvolvimento de trabalho na roça ainda é uma exclusividade dos homens, não se registra nem nas lembranças dos idosos com quem desenvolvo a pesquisa, nem nas observações feitas atualmente junto aos grupos de trabalhadores rurais a presença da mulher assumindo essa linha de comando.



Imagem: 08: As mulheres na realização do cunvidado. Representação da divisão do trabalho na roça. Fonte: Wellington Costa.

As características de formação ainda obedecem ao que registramos na década de 60, com os homens organizando as companhias e executando os trabalhos de preparação dos roçados no que desrespeito à broca e a derruba, porém, na realização do cunvidado observa-se que os papéis dos gêneros que antes eram bem definidos, agora estão se misturando com os homens participando da efetivação da plantação dos paus da maniva, ou seja, transitando espaços que antes eram definidos como femininos e que atualmente estão em negociação uma vez que alguns trabalhadores ao não possuírem a enxada para realizar a abertura das covas,

função caracterizada como masculina, se ocupam das funções historicamente definidas como femininas para participarem do trabalho junto à companhia, no mais, não registrei outras mudanças de papéis na relação de gênero no trabalho da roça, em minhas estadas pelo campo observando a realização dos cunvidados.

O poder tanto do homem quanto o da mulher é caracterizado pelas funções que lhes são atribuídas, ele de presidente do grupo que deve coordenar todo o trabalho a ser desenvolvido pelo grupo de companhia, desde a preparação do broque até a realização do cunvidado que é o momento de plantação da roça. É nesse momento de plantação do roçado que a mulher assume o papel de líder, dividindo com o homem o poder de gerenciar os trabalhos do cunvidado que é configurado pela divisão de trabalho entre os gêneros onde o homem é quem cova e a mulher é quem planta, nessa perspectiva de atribuir papéis específicos aos gêneros Eclea Bosi, define que

“as relações entre homens e mulheres estão entranhadas na base de toda e qualquer sociedade e encontra-se no cerne das identidades dos indivíduos. Assim como as sociedades têm relações sociais historicamente definidas, elas têm relações de gênero específicas, objetivadas na promoção e destinação de distintos papéis e funções para homens e mulheres” (BOSI, 1994, p.21).

Essa análise possibilita-nos compreendemos as relações de gêneros nos grupos de companhia oriunda dessa formação histórica constituída pela definição do papel tanto do homem quanto da mulher no contexto de trabalho na roça. Mas, em se tratando de poder de representação e gerenciamento dos papéis e funções específicos da mulher, ela assume lugar de destaque para representar e coordenar os trabalhos destinados a elas, mantendo a divisão de gênero no espaço de liderança do grupo, pois ao final do trabalho no jogo de perder e ganhar a bandeira que é símbolo de uma conquista em um dia de trabalho, se reveste em uma representação de poder em que homens e mulheres se desafiam nos trabalhos da roça, cada um dos gêneros desempenhando uma função específica.

Compreendo que nesse cenário competitivo entre os gêneros, perder ou ganhar um desafio no trabalho do cunvidado para a mulher, não é necessariamente uma demonstração de poder em que um manda mais que o outro, mas uma demonstração que na roça a mulher é tão ágil e forte quanto o homem e no que cabe a ela no trabalho da roça, executa sua atividade com tamanha habilidade que lhes permite competir pela bandeira e a conquista deste símbolo pela mulher se reveste em um símbolo de poder na realização do cunvidado, pois são elas que darão uma nova configuração à bandeira, enfeitando-a com fita e lançando um novo desafio aos homens em outro dia de trabalho

O poder dos homens e das mulheres no trabalho da roça adquire uma configuração única quando somam as suas forças para a realização do trabalho no cunvidado, para além do embate entre os gêneros, a unidade de trabalho de ambos se volta contra a natureza quando estes entram em cena com o objetivo de realizar um trabalho que é plantar um roçado, uma unidade de força conjunta que desafia o tempo, tempo estipulado pelo grupo para a conclusão de um trabalho que deve ser vencido como uma demonstração de força coletiva estimulada pelos desafios lançados pelos trabalhadores. Faço essa análise quando ouço dos trabalhadores que o grupo estabelecia um tempo para concluir o serviço, portanto um tempo a ser vencido pela companhia, o que compreendo como um desafio do grupo para com o tempo natural e a unidade de força conjunta para executar um trabalho no limite desse tempo, exigindo agilidade e rapidez dos trabalhadores na execução dos trabalhos na roça.

No grupo de companhia as relações são mediadas pelo respeito que os mais novos adquirem pelos mais idosos ao atribuir-lhe a liderança do grupo, pois o poder do homem e da mulher não são impostos ou tomados pela força, no sentido de que algum trabalhador se declare líder se sobrepondo ao direito de escolha dos trabalhadores, são do consenso do grupo que definem que haja um comando que vise manter uma boa relação entre os trabalhadores de forma a coordenar os trabalhos, porém, sem imposição da ordem autoritária, pois se estima o respeito dentro dos grupos, uma vez que ali está estabelecida uma relação entre famílias, que tinham um dever para com o outro e para cumprir com tudo precisavam ser organizados, todos tinham que ser responsáveis, logo era essencial manter uma boa relação dentro do grupo de companhia, pois tudo que era definido pelo líder era intermediado pelo diálogo para que houvesse compreensão e aceitação por parte do trabalhador a quem foi determinado uma função específica.

Na segunda metade da década de 60, a organização dos grupos de companhia da Vila de Juaba, obedecia a uma configuração característica ao que foi transmitida pelos seus antepassados, instituindo-se poderes de representação grupal que eram essenciais para determinar as relações sociais entre os trabalhadores uma vez que, o líder tinha a responsabilidade de mediar às relações para que os acordos firmados em conjunto fossem cumpridos e respeitados por todos da companhia. Manter a unidade do grupo não é só uma necessidade dos trabalhadores para realizarem um trabalho duro e difícil como é o trabalho da roça, mas uma reprodução de valores culturais vivenciados e assimilados ao longo do tempo pelos lavradores que possibilitou a realização do trabalho coletivamente, gerando valores sociais que são incorporados e transmitidos há gerações pelos trabalhadores rurais que fizeram dos grupos de companhia uma ferramenta de sobrevivência e convívio social no espaço rural.

A organização social da companhia sobrevive apesar de todas as transformações culturais pelas quais o mundo moderno vem passando, em função de uma integração maior de identidades que circulam outros espaços e colocam as culturas tradicionais em evidências atribuindo-lhes outra configuração que não se completa, mas que está em constante busca de uma definição. Porém, os valores sociais permanecem e atribui sentido a manutenção dessas organizações, transmitindo valores que integram os trabalhadores na realização de um objetivo comum que é a obtenção da roça de mandioca, principal fonte de sustento familiar de muitos trabalhadores rurais.

### 1.3. TRABALHO, RECIPROCIDADE E SOLIDARIEDADE

O trabalho na preparação do roçado é uma tarefa dura e árdua onde uma família teria grande dificuldade em executar a atividade sozinha sem a ajuda de outra família, pois além de perigoso e cansativo, exige muito esforço físico por parte do lavrador que levaria vários dias de trabalho para executar uma única fase de preparação do roçado, porém, esses trabalhadores reproduziram as formas de associação dos seus antepassados que foram transmitidos através da oralidade e por meio da própria experiência vivenciada no cotidiano do trabalho da roça junto aos trabalhadores que desenvolviam essa forma de socialização no meio rural em Juaba, antes dos anos 60.

A formação do grupo de companhia era reproduzida pelos trabalhadores da roça na segunda metade da década de sessenta conforme as experiências vividas com os mais idosos que transmitiam seus conhecimentos aos mais novos que faziam reproduzir as formas de organização dos grupos de companhia que associam trabalho e lazer no campo. Seu “trem”, diz que “sempre que precisava tomar alguma medida sobre um determinado assunto, sempre pedia conselhos ao velho Bilico” (em memória), ex-líder de companhia com quem trabalhou por muito tempo e assimilou os conhecimentos transmitidos pela oralidade e, assim, o fez reproduzir no seu tempo de presidente de companhia, função exercida a partir da década de 80 segundo o informante. No reviver da memória que revela uma troca de experiência na qual o trabalhador buscava inspiração no passado para manter viva uma organização grupal que orientava o cotidiano de trabalho na roça, o trabalhador fazia reproduzir no seu tempo uma prática cultural conforme foi-lhe repassado, via oralidade, pelo idoso que construiu um modo de vida no campo fundamentado na realização do trabalho de forma coletiva. Conforme afirma Pinto, a História Oral tem se revelado uma técnica bastante eficaz no vislumbre de

reconstituição da historicidade de práticas culturais, das experiências e vivências cotidianas de homens e mulheres simples da Amazônia (PINTO, p. 21.)

Esses grupos se formavam a partir de um objetivo comum a todos os trabalhadores da roça da vila de Juaba, que era adquirir a força de trabalho do companheiro para assegurarem a preparação do roçado, fazendo parte de um determinado grupo de companhia, pois, foi por meio da associação de trabalhadores chamado de companhia que as famílias uniram forças para desenvolverem os trabalhos da roça com mais eficiência e em um curto intervalo de tempo, uma prática que venceu o tempo e reproduziu a experiência ao longo da primeira metade dos anos 60.

“Desde criança eu já trabalhava com meu pai na roça, então cresci vendo tudo isso” (Oênis de Pinho Lopes, 78 anos).

O registro que o entrevistado guarda na memória revisita, faz insurgir, lembranças do tempo passado em que assimilava as experiências de trabalho do pai, e as reproduziu no seu tempo conforme o seu presente determinava as suas condições de trabalho na roça. Era uma época de vida e trabalho difíceis, o que não significa que hoje o trabalho na roça seja menos difícil, e contar com a ajuda do outro era fundamental, lembra seu Loló:

“eu tinha uns treze anos de idade, em função de meu pai estar impossibilitado de trabalhar eu ia ajudar os companheiros do meu pai servindo água, ajudando de alguma forma e tinha direito em um dia de trabalho” ( José Leocárdio, seu Loló, 82 anos).

As lembranças das experiências de vida na roça, que recuam no tempo para atribuir sentido ao momento em estudo, são significativas para compreender a importância do grupo de companhia para o trabalhador rural, pois para uma família que retira todo o sustento da lavoura de subsistência, dispor da força de trabalho coletivo do grupo era fundamental para adquirir a sua roça pronta. Para Célia Toledo “história de vida é o relato de um narrador sobre sua existência através de tempo. Através de uma história de vida, delineiam-se as relações com os pares de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social” (TOLEDO, 1999, p. 29).

As experiências de vidas aproximam os lavradores inserindo-os em um meio social ligado ao trabalho da roça que integra os lavradores em uma unidade grupal que compõe a companhia, atribuindo sentido político e social ao grupo, pois para o trabalhador que retira o sustento familiar da lavoura de subsistência era fundamental contar com a ajuda dos companheiros, daí a importância de se formar grupos de companhia para desenvolver os trabalhos no roçado, uma forma de organização que se caracterizava pela relação de

reciprocidade entre os integrantes do grupo de companhia, uma relação de ajuda mútua entre os lavradores.

Essa união de pessoas para trabalhar em conjunto criava condições para que cada trabalhador rural que pertencesse ao grupo adquirisse sua lavoura de subsistência, fundamentado na produção de mandioca<sup>10</sup> que era o principal produto de colheita do trabalhador rural e que garantia o sustento familiar dos trabalhadores da roça. A relação grupal formalizada com a formação do grupo de companhia era caracterizada como a formação de uma grande família, onde o cumprimento de honrar com suas obrigações junto ao grupo e os gestos de solidariedade entre os trabalhadores eram fundamentais na manutenção dessa relação, conforme lembra dona Maria Tereza:



“era tempo em que as famílias se cumprimentavam, os mais jovens tomavam bênção dos mais velhos, era muita união”  
(Maria Tereza Tavares, 76 anos).

Imagem 09. Maria Tereza Tavares, 76 anos. Fonte: Kleber Arnaud

A memória revive a lembrança das relações que se criavam em função do trabalho coletivo da roça, uma relação de respeito, união e solidariedade entre os pares. Pois, sempre que uma família necessitava da assistência de outra família para a realização de um trabalho, está sempre se disponibilizava a ajudar, pois na relação de reciprocidade que configura a relação de trabalho na roça, as famílias se juntavam para desenvolverem os trabalhos correspondentes as fases de coivara e capina<sup>11</sup>, trabalhos que os grupos de companhia não realizavam em conjunto.

<sup>10</sup> - raiz extraída da árvore de maniva.

<sup>11</sup> - fase de limpeza do mato rasteiros da roça.

Todo trabalhador que fazia parte do grupo objetivava ganhar o dia de trabalho de seu companheiro, pois isso era o que caracterizava a formação dos grupos de companhia. Desenvolver o trabalho na roça somente com a família era muito difícil, então os trabalhadores encontraram na formação do grupo de companhia uma forma eficaz de desenvolverem os trabalhos com menos desgaste físico e em um menor intervalo de tempo, então se juntavam várias famílias para realizarem os trabalhos em conjunto.

A união das pessoas para desenvolverem um trabalho coletivo era determinada pela troca de dias, onde os trabalhadores ao formarem o grupo de companhia se responsabilizavam em trabalhar para o companheiro como garantia de ser retribuído com a ajuda de trabalho do colega de grupo no dia do seu cunvidado. Logo o objetivo de ganhar a força de trabalho do outro, em uma relação recíproca, era o que determinava a formação do grupo de companhia. Relata seu Jeová de Oliveira que,

“a companhia era uma troca de dia, por exemplo, se tu for trabalhar pra mim, eu vô trabalhar pra ti” (Jeová de Oliveira, 79 anos).

Nas lembranças do trabalhador se reconfigura a relação de troca que determina a relação grupal da companhia, portanto, assim que, começavam os trabalhos o líder do grupo que detinha a responsabilidade de controle de todas as atividades do grupo, anotava ou, como era mais comum, guardava na memória a presença de todos os integrantes em um determinado dia de serviço, pois tinha que obter controle para identificar quais os trabalhadores estivessem presentes na efetivação do trabalho daquele determinado companheiro, e a quem o dono do dia de trabalho realizado devia prestar ajuda como recompensa pelo dia de trabalho que ele recebeu, visto que a relação no trabalho da roça é caracterizada pela relação de troca onde um trabalhador presta serviço a outro para receber em troca um dia de serviço do companheiro, princípio básico que constitui a formação do grupo de companhia.

Esse controle era como uma forma de fazer justiça, impedindo que se cobrasse indevidamente por algo a que não se tem direito, uma forma de fazer prevalecer o respeito pelo outro, uma forma de coibir a exploração de um trabalhador pelo outro, ainda que a noção de exploração não permeie o cotidiano de trabalho dos lavradores, a noção de respeito nos remete a esta conclusão já que não se tolera na relação grupal da companhia nenhuma forma de desrespeito tanto na relação social quanto na relação de trabalho que envolve o grupo, pois não é aprovado que qualquer trabalhador tire proveito do trabalho do outro indevidamente. Vale ressaltar que essa observação deve ser feita em se tratando de trabalhadores em condições aptas para o trabalho, não se leva em consideração o trabalhador que está impossibilitado por razões

de saúde, este tem toda a compreensão do grupo e não configura um descompromisso, um desrespeito, uma quebra de valores afirmados com o grupo.

A relação de reciprocidade é o elemento que mantém a unidade do grupo, visto que todos os trabalhadores estão envolvidos em um acordo que exige o comprometimento de cumprir com as determinações estabelecidas pelo grupo no momento de sua formação que é retribuir com a prestação do trabalho a ajuda recebida do companheiro, quando os trabalhadores cumprem com suas obrigações firmadas quando da formação do grupo, ela tende a estreitar as relações de companheirismo e a aproximar ainda mais os trabalhadores que passam a se verem como uma constituição familiar onde se ajudam continuamente no trabalho, sempre um dando assistência ao outro em uma relação de troca que aproxima as famílias e fortalece os laços de amizade entre os trabalhadores.

Porém, essa relação era levada muito a sério pelos trabalhadores que faziam prevalecer todas as regras determinadas como normas do grupo, todos obedeciam com respeito às orientações do líder o que favorecia a organização tanto interna quanto dos andamentos dos trabalhos do grupo. Essa organização fazia com que um grupo adquirisse o respeito dos demais grupos, servindo sempre de referência e sendo homenageado pelos outros grupos de companhia, servindo sempre como exemplo a ser seguido, pois uma boa organização se refletia em um bom desenvolvimento dos trabalhos e, isso, era reflexo quando alguém que não fazia parte do grupo queria comprar um dia de trabalho da companhia, procurava-se aquele que era mais organizado na certeza de que o trabalho iria ser vantajoso.

Mas, uma das características dos grupos de companhia que marcava a unidade do grupo e estreitava os laços de companheirismo entre os lavradores e que dava sentido a união desses sujeitos que vivenciavam a mesma experiência de trabalho na roça, era o sentimento de solidariedade que permeava o cotidiano de trabalho do grupo, pois em nenhum momento os trabalhadores abandonavam seu companheiro de roça quando este estivesse impossibilitado de desenvolver seus trabalhos junto com o grupo, como em casos de doença em que o lavrador fica afastado dos trabalhos.

Nestes momentos difíceis da vida em que um pai de família que precisa trabalhar duramente na roça para retirar dali todo o sustento familiar, se ver impossibilitado de trabalhar a terra para a preparação e plantação do roçado, é a união do grupo de companhia, é a relação de confiança entre companheiros, é o sentimento de solidariedade que move os trabalhadores do grupo a se moverem em pró do amigo enfermo que recebe todo o apoio do grupo que se disponibiliza a ajuda-lo preparando o roçado e plantando-o, deixando pronto para que o trabalhador disponha de condições de sobreviver retirando parte de sua alimentação da roça de

mandioca, o principal meio de sobrevivência das famílias que retiram da lavoura de subsistência o seu sustento familiar.

Essa prática solidária dos grupos de companhia aparece nas memórias dos trabalhadores como o senhor Loló, que relembra um dos momentos em que não estava apto para o trabalho e pude contar com a solidariedade do grupo no qual trabalhava,

“eu não podia trabalhar então eles se reuniram dizendo: “temos que ajudar o Loló, pois ele não pode trabalhar”. Então todos disseram: como vamos fazer? Decidiram fazer uma “coleta” (entenda arrecadação financeira) para comprar os materiais comida, fumo, bebida e outras coisas, e fizeram o meu roçado, foi com a ajuda deles, do grupo” (José Leocárdio, seu Loló, 82 anos).

A fala do entrevistado rememora um momento onde o trabalhador está impossibilitado de desenvolver os trabalhos junto com o grupo por razões de saúde, mas a lembrança é reveladora de como os laços afetivos que se formam com os companheiros de grupo é determinante para que a companhia se disponha a solidarizar-se com o trabalhador enfermo efetivando todo um trabalho para que ele pudesse adquirir a sua roça pronta. A solidariedade é um elemento que permeia todas as relações no conjunto da companhia e que determina a unidade estável do grupo, pois os trabalhadores se mantêm unidos ajudando uns aos outros, em uma relação recíproca.

Outra lembrança que se mostra ainda mais enriquecedora para demonstrar o ato de solidariedade que constituía a relação de trabalho entre os integrantes do grupo de companhia, vem na lembrança do senhor Jeová Oliveira, que rememora um dos momentos mais difíceis para o grupo do qual fazia parte, o momento quando um dos seus companheiros, em um acidente, teve uma das mãos amputada por uma serra de serrar madeira, “foram anos trabalhando e fazendo roça até que ele pudesse voltar a participar e trabalhar junto com o grupo, mais nunca deixamos de fazer o roçado dele” ( Jeová de Oliveira, 79 anos ).

Esses relatos nos mostram o quanto que os grupos de companhia eram importantes na constituição de vida do lavrador e um elemento essencial para que cada trabalhador possa adquirir sua lavoura de onde retira subsídios para a sobrevivência familiar e como as relações se transformavam de forma que fazia emergir nos trabalhadores um sentimento mais humanitário, de propor condições para que seu companheiro possua meios de assegurar a alimentação familiar que se retira da roça, uma relação que não abandona seu companheiro nos momentos em que este mais precisa da ajuda dos amigos, são sentimentos que nos fazem refletir como a nossa sociedade nas atuais relações de trabalho mediada pelo capital, ao que observo e isso deve ser tomado apenas como interpretação pessoal e sem base teórica, está carente desse

tipo de qualidade humana que os trabalhadores da roça fazem transmitir por meio dos grupos de companhia em que um está sempre pronto a ajudar o outro, sem o fator financeiro mediando a relação, mas sim, o valor solidário que compõe a relação de trabalho na roça.

#### 1.4. INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS DE TRABALHO NA ROÇA

Os trabalhos na preparação e plantação dos roçados eram realizados com ferramentas simples que as condições sociais dos trabalhadores lhes proporcionavam possuir. Ferramentas como terçado, machado e enxada eram os instrumentos de trabalho dos quais os trabalhadores se utilizavam para desenvolverem suas atividades na preparação e plantação do roçado, utilizava-se também o paneiro como instrumento de trabalho no momento do cuidado. Nessas condições simples de realizarem o trabalho, a companhia buscava criar meios que possibilitassem o aperfeiçoamento das atividades, e assim, reproduzia-se estratégias para executar a limpeza do terreno da futura roça, pois a árvore de maniva para se desenvolver e gerar bons frutos precisa estar em locais amplos onde a luz do sol incida com frequência, como relato o senhor Lourival de Carvalho,

“pra maniva crescer bunita ela tem que tá no limpo, tem que tirar a árvore grande pra dá sol e, depois, capinar bem pra que a roça fique limpa, aí ela cresce muito” (Lourival de Carvalho, seu trem, 87 anos).

Diante dessas circunstâncias com que o trabalhador da roça se depara no seu cotidiano de trabalho, o homem do campo usou de sua experiência e conhecimento acumulado ao longo do tempo para minimizar as dificuldades enfrentadas diante da natureza para preparar o roçado. As estratégias de desenvolvimento do trabalho na concepção dos trabalhadores são formas que os grupos criaram para minimizar os efeitos desgastantes que o trabalho no roçado provoca nos trabalhadores do campo.

Assim, na etapa da broca que, consiste no trabalho de retirada dos matos mais finos e mais baixos da área que virá a ser derrubada utiliza-se o terçado com ferramenta para a retirada do mato, pois é mais propício para esta fase de trabalho, uma vez que se tem mais agilidade com esta ferramenta para fazer a limpeza da área que será preparada para derruba que como todo o trabalho da roça exige muito cuidado, pois o risco de acidente é constante uma vez que o machado poderá bater em uma árvore de pequeno porte, em galhos e até mesmo prender em

cipó<sup>12</sup> e causar uma lesão no trabalhador, por isso, fazer essa limpeza preliminar do terreno com o terçado diminui os riscos durante a próxima fase, já que o trabalhador terá mais espaço para movimentar o machado para golpear, ferramenta utilizada na fase da derruba que é o momento onde se faz a retirada das árvores maiores do espaço em que está sendo preparado o roçado.

Porém, derrubar uma árvore de grande porte com um material simples como é o machado requer muito esforço físico e muito tempo para concluir o serviço, mas para os trabalhadores do campo que aprenderam a conviver com as dificuldades vivenciadas no trabalho da roça, estes criaram estratégias de trabalho como meio de superar as adversidades e vencer os obstáculos impostos pela natureza, como também, ainda, que se criassem meios de minimizar os riscos de acidente, o perigo constituía o cotidiano de trabalho dos roceiros, fosse subindo no mutã para efetuar a derrubada de uma árvore, fosse manuseando o terçado ou o machado, os riscos eram eminentes e as histórias de vida são reveladoras do perigo enfrentado pelos lavradores para a constituição da roça.

Para derrubar uma árvore de tronco grosso os trabalhadores construíam mutã<sup>13</sup>, que é uma armação feita de vara de médio porte, uma espécie de andaime a uma altura em média a cinco metros do chão, feito em volta da árvore que viria ser derrubada, onde subiam dois trabalhadores de cada vez fazendo revezamento constante para golpear até derrubar a árvore. Seu Loló lembra que,

“naquele período da derruba quando achava um pau grosso fazia um mutã, aquilo era os velhos que fazia pra nós, eles não podia cortar muito de machado, então era nós mais novo que subia pra cortar” (José Leocárdio, seu Loló, 82 anos ).

No conhecimento dos trabalhadores, quanto mais alto se alcançarem o tronco da árvore é melhor para cortar, é que nas suas experiências com a natureza à medida que vai chegando mais próximo da copa da árvore vai ficando mais mole para se cortar. Quanto ao mutã era feito pelos mais idosos que integravam a companhia, pois eram os que detinham maior conhecimento no grupo, porém, não deixa de ser um gesto de precaução para com os mais velhos, pois golpear com o machado nas alturas em cima de um mutã configurava um perigo imenso, uma vez que exige muito equilíbrio, por isso se fazia a divisão de tarefas onde os mais velhos construíam o andaime e os mais novos que dispõem de mais agilidade para subir e se

---

<sup>12</sup> - nome genérico de todas as plantas de hastes finas e flexíveis que servem para atar; plantas trepadeiras que pendem das árvores; embira.

<sup>13</sup> - espécie de andaime feito de vara e amarrado com cipó.

equilibrar, executavam a derrubada da árvore. Nas memórias de seu Loló, emerge a lembrança do tempo em que trabalhava na roça e das várias vezes que subiu em um mutã para derrubar uma árvore,

“nós subia e cortava até derrubar, quando a gente percebia que o pau ia cair o parceiro descia e ficava só um lá em cima cortando, o resto ficava aqui em baixo puxando no cipó para jogar o pau e, quando ele já ia cair nós gritava e saia correndo e o que estava lá em cima jogava o machado pulava e corria também, era muito perigoso mas, quando o bicho caía era aquela festa, aquela gritaria que a gente fazia”( José Leocárdio, seu Loló, 82 anos ).

A reconstrução dessa técnica de trabalho por meio da memória trazem ao conhecimento as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da roça, os riscos no dia a dia no cotidiano de trabalho que era realizado em meio à preocupação para com a vida dos lavradores em virtude dos riscos com os quais conviviam, mas também, com o caráter festivo quando este trabalho era realizado com sucesso. “A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (PORTELLI, 1997, p. 16). É compartilhando essas memórias que é possível compreender que esses métodos de trabalho na roça, como no caso da experiência do mutã, seja prática recriada por vários grupos de companhia, uma vez que os grupos compartilhavam seus conhecimentos entre si, fazendo propagar as técnicas de trabalho ao longo do tempo.

Hoje, os grupos de trabalhadores da roça utilizam-se do motosserra para executarem a derrubada das árvores de maior porte para a limpeza do terreno, informação coletada por meio de observação. É importante ressaltar que esta ferramenta significa símbolo do desmatamento predatório na Amazônia, essa é minha concepção formada com base em leituras que retratam deste tema, mas tal questão não será abordada neste trabalho. O motosserra vem sendo utilizada no trabalho da roça como um aliado importante já que aperfeiçoa o desenvolvimento do trabalho, tornando o serviço menos cansativo, menos perigoso e em um menor intervalo de tempo, contribuindo para minimizar o desgaste físico do trabalhador já que este instrumento realiza grande parte do trabalho que antes era feito de forma braçal com o uso do machado. São transformações que o tempo vem proporcionando e que dão novas configurações ao trabalho da roça que se reinventa com o uso de instrumentos que substituem práticas antigas como a arte do mutã, mais que proporcionam melhores condições de trabalho para o lavrador que não mais precisará dispor de muito esforço físico para derrubar uma árvore de grande porte, já que agora este trabalho é realizado com o uso do motosserra.

Nestas fases de preparação do terreno, antes de se adentrar ao trabalho, tanto na broca quanto na derruba, eram comuns fazer-se primeiramente uma observação da área, pois dependendo das características do mato e do terreno a ser trabalhado, o grupo se dividia em dois e traçavam um percurso para cada equipe, planejando todo um trajeto a ser seguido e que determinava um ponto aonde às duas equipes iriam se encontrar, unindo-se novamente para finalizarem o trabalho em conjunto. Estas eram estratégias que o grupo montava como meio de aprimorar o andamento dos trabalhos.

Na plantação do roçado, a estratégia de trabalho perpassa pela noção de trançar<sup>14</sup> utilizada pelo líder e que tinha dois objetivos traçados pelos trabalhadores, um era ocupar os espaços com as covas<sup>15</sup> sem deixar espaços muito amplos sem serem ocupados pelas covas, esses espaços amplos deixados eram denominados de tupé<sup>16</sup>. Por outro lado, também, a arte de trançar significava fazer com que as mulheres plantadeiras se mexessem de um lado para o outro procurando as covas para plantar, isso criava dificuldades para elas acompanharem os covadores de perto, o que possibilitava a eles se distanciarem tirando delas qualquer possibilidade de conquistarem a bandeira, símbolo de disputa entre os gêneros. Conta seu Loló que:

“o comandante gritava: trançando, trançando; e o covador já sabia o que era pra fazer” (José Leocárdio de Carvalho, seu Loló, 82 anos).

Utilizava-se também o paneiro como instrumentos na fase de plantação do roçado, pois no jogo de disputa entre os gêneros no trabalho da roça o paneiro tinha como função além de aprimorar o andamento do serviço, uma vez que ele era utilizado para transportar os paus da maniva para serem semeados pelo roçado impossibilitando a perda de tempo pelas plantadeiras de vir buscar em um determinado ponto mais afastado do local que está sendo trabalhado, aprimorando o andamento do serviço, mas também, de proporcionar a elas uma relação de igualdade no jogo de disputa que envolve os trabalhadores já que elas não perderão tempo para se deslocarem em busca dos paus da maniva, estando estes espalhados em meio ao roçado para serem apanhados pelas plantadeiras.

Os roçados eram espaços utilizados pelos lavradores para plantarem diferentes tipos de sementes das quais os lavradores colhiam seus alimentos de subsistência como o jerimum, milho e o arroz. Esses trabalhadores que sem disponibilizarem de ferramentas adequadas para efetivar a plantação dessas sementes, utilizavam conhecimentos de prática de plantação

---

<sup>14</sup> - ato de jogar a enxada de lado para o outro fazendo as covas.

<sup>15</sup> - buracos feitos no chão onde são depositados os paus da maniva.

<sup>16</sup> - são espaços deixados no roçado sem serem cõvados.

inventadas que foram transmitidas pelos seus antepassados como experiência que são assimiladas e repassadas há gerações e que constituem técnicas de plantação da lavoura de subsistência com as quais os trabalhadores lidam para produzirem seus produtos. Essa experiência era constituída pela de prática de semear as sementes no dia de plantação de um roçado, seu Loló ao lembrar o passado lembra que,

“quando a gente ia pro cunvidado da plantação, antes da gente ir pro trabalho o dono do ruçado ia na frente espalhar o arroz, era pra terra cobrir quando revirasse” ( José Leocárdio de Carvalho, seu Loló, 82 anos ).

São experiências vivenciadas que os trabalhadores do campo adquiriram com seus antepassados, que ao remover a terra na preparação das covas para serem plantados os paus da maniva, a terra revirada encobria as sementes espalhadas pelo roçado, efetivando de uma só vez a plantação de vários produtos dos quais os lavradores necessitavam para sua subsistência.

Dependendo de ferramentas simples de trabalho com as quais os trabalhadores dispunham para desenvolverem seus trabalhos na roça, os lavradores se utilizavam de suas experiências adquiridas ao longo do tempo e de seus conhecimentos de trabalho na roça e, criavam estratégias de trabalho que possibilitavam simplificar as atividades que constituem o desenvolvimento dos trabalhos na roça.

Os grupos de companhia no trabalho da roça uniam suas forças para desenvolverem um trabalho coletivo que possibilitava que todos os integrantes do grupo tivessem seus roçados prontos e, assim, pudessem adquirir a produção de seus alimentos e subsidiando no sustento familiar dos lavradores. Trocando e assimilando experiências de trabalho no contexto rural, traçando estratégias para aprimorarem o desenvolvimento e andamento dos trabalhos, esses roceiros se utilizavam de todos os recursos possíveis para adquirirem sua lavoura pronta, utilizando-se de ferramentas simples e de um imaginário que pensava formas estratégicas de trabalho que criavam condições de desenvolver a lavoura de subsistência com técnicas inventadas no campo. Assim, os lavradores iam aprimorando suas formas de trabalho, com suas experiências assimiladas ao longo do tempo de trabalho na roça e minimizando as dificuldades que o trabalho na roça apresenta.

Atualmente, os grupos de companhia da Vila de Juaba, são constituídos de um número pequeno de roceiros que se organizam para formarem as companhias para desenvolverem os trabalhos da roça de forma coletiva, obedecendo à relação de troca de dia que caracterizou as relações de trabalho na roça na segunda metade da década de 60.

Mas esse número reduzido de trabalhadores que integram as companhias, como pôde observar é bastante inferior ao que se observa nos momentos de realização dos convidados, aonde a presença de roceiros que vão “ganhar o dia”, como comumente se diz atualmente quando um lavrador presta serviço a outro na relação de troca de dia, é bastante significativa. Mas, o que explica essa disparidade no número de integrante que formam as companhias para atuarem coletivamente nas fases da broca e da derruba que normalmente são tidos como os momentos de trabalho na roça mais difíceis e perigosos, visto que são os momentos onde exige um maior esforço físico e que necessitaria de um voluntariado de trabalhadores em maior número para desenvolver as atividades e, onde os riscos de acidentes serem mais frequentes nas execuções dessas tarefas?

Como pude observar, as companhias se organizam com pessoas que retiram grande parte do sustento familiar da lavoura de subsistência, mas, precisamente, da produção da farinha de mandioca e, que encontra na manutenção dessa organização grupal da companhia o meio mais propício de adquirir a lavoura pronta em função do trabalho coletivo do grupo. Porém, muitos roceiros são pessoas que têm no trabalho da roça uma atividade complementar e que, portanto, não dependem exclusivamente da produção dos produtos provenientes da lavoura de subsistência para suprir suas necessidades básicas do dia-dia. Esses sujeitos roceiros compram um dia de trabalho da companhia para efetivarem a preparação da broca e, pagam uma diária de motosserra para realizar a derruba do mato mais auto, ou em alguns casos, pagam a própria companhia para realizar ambas as tarefas de limpeza do terreno onde será feita a futura roça.

Mas, o que explica a inserção desses sujeitos na realização do convidado? Primeiramente penso que o custo financeiro ficaria muito elevado uma vez que, no trabalho de plantação o roceiro teria que pagar pelo trabalho do casal, no caso um covador e uma plantadeira, assim, o custo benefício da produção não compensaria o gasto. Então o roceiro que paga para prepararem o seu roçado, ele passa a participar do convidado na perspectiva de “ganhar o dia”, ou seja, ganhar o trabalhador para que este retribua em forma de prestação do trabalho no dia do seu convidado, se inserindo na relação de troca de dia que caracteriza a relação de trabalho nos grupos de companhia.

Porém, vale lembrar que para se inserir na prática do convidado com o objetivo de ganhar a mão-de-obra do grupo, o roceiro que não integrar a companhia deve entrar em consenso com os trabalhadores para que estes aceitem participar dessa relação de troca de dia com um roceiro que não compõe a companhia.



“Eu e meu marido para fazer o nosso roçado nós pagamos os trabalhadores para roçar (broca) e derrubar pra nós. Nós só participamos do trabalho da plantação onde nós conversamos com o pessoal de nós ir plantar o deles e eles fossem no nosso ajudar” (Wilma Costa, mais conhecida por Mite, 61 anos).

mais conhecida por Mite, 61 anos. Fonte: Kleber Arnaud

A fala de dona Wilma Costa, mais conhecida por Mite, é reveladora para compreendermos a presença maciça de lavradores na realização de um cunvidado, uns dos porquês dos trabalhadores não se inserirem na companhia para realizar todas as fases de preparação do roçado coletivamente com o grupo. São trabalhadores que estão inseridos em outra realidade sócio econômicas e que tem na prática da lavoura de subsistência uma atividade complementar para o sustento familiar.

Veja, o uso de motosserra que em alguns momentos pode atuar como um elemento aliado para a companhia no processo de derruba, minimizando o tempo de trabalho e o efeito cansativo provocado pela dureza que é derrubar uma árvore de grande porte com o machado, em outros momentos ela pode ser vista como um elemento desagregador das companhias já que muitos roceiros deixam de participar porque dispõe de recursos para usar esse instrumento para efetivar os trabalhos, como também, ela retira da companhia a possibilidade de lucrar com esses trabalhos uma vez que é mais viável financeiramente contratar uma diária de motosserra do que um grupo de trabalhadores o que eleva o custo para o roceiro contratante.

São modificações pelas quais a sociedade vem passando em meios às transformações do mundo moderno que propõe essa inserção de novas ferramentas no desenvolvimento de trabalho na roça e que, por vezes, se refletem também nas formas de relações de trabalho que sofrem uma ruptura com menos trabalhadores fazendo parte dos grupos de companhia para desenvolverem os trabalhos na roça baseado na relação de troca de dia.

## **CAPITULO II**

### **CUNVIDADO NA VILA DE JUABA NOS ANOS 60: UMA TRILOGIA DO CAMPO**

## 2.1. CUNVIDADO: TRABALHO E COMPETIÇÃO NA ROÇA

Para executar o trabalho de plantação de um roçado, na década de sessenta, as companhias realizavam o cunvidado. Para Pinto, “o cunvidado ou putirum é uma forma de trabalho coletivo caracterizado pelo sistema de troca de dias. Na região do Tocantins ganhou regras ritualizadas de antigos quilombolas que tinham por finalidade celebrar e partilhar em grupos as tarefas dos trabalhos das roças, principalmente, as do plantio da roça de mandioca (PINTO, 2004).

Na Vila de Juaba na primeira metade da década de sessenta, pode-se dizer que esta prática era uma reprodução de uma experiência que os trabalhadores rurais assimilaram dos seus antepassados, pois é comum ouvirmos expressões tipo: “na época do eu pai era assim, isso vem de muito tempo”, o que nos faz compreender que os trabalhadores, no período estudado, reproduziam essa prática que associava trabalho e lazer como elementos constitutivos do cunvidado para a realização de plantação de um roçado, uma prática que constituiu o cotidiano de vida e trabalho na roça dos lavradores da Vila de Juaba.

Essa prática de trabalho criada pelos grupos de companhias no meio rural para a efetivação da plantação de um roçado envolve os trabalhadores em um processo ritualístico associando religiosidade, festa e trabalho compondo um conjunto de elementos que recriados, identifica as características de organização e trabalho de um povo, criando uma identidade de grupo que caracterizou os trabalhadores ao reproduzirem essa prática do cunvidado como elemento de consolidação das relações sociais no espaço social do campo. “A identidade é algo reinventado em diferentes tempos” (DEOGADO, 2010, p. 23).

O cunvidado pensado para a realização do trabalho de forma coletiva na roça estreita as relações entre sujeitos que são mediadas pela ideia de reciprocidade que se tecem nos grupos de companhias. “O cunvidado é uma invenção social e em torno dele foi constituída uma identidade de grupo que produziu e recriou essa prática” (PINTO, 2004, p. 45). Para Deogado, “identidades são fontes de significados e experiência de um povo”, (DEOGADO, 2010, p. 47).

Esses elementos constituintes dessa prática estão interligados na constituição de vida e trabalho dos grupos de companhia uma vez que, para realizarem o plantio de um roçado, a companhia fazia acontecer a ladainha, o Samba de Cacete e o trabalho de plantação do roçado, que juntos constituem um conjunto de práticas culturais que no meio rural compunham o cunvidado, experiência que constituía o cotidiano de trabalho na roça na segunda metade da década de sessenta, uma composição de elementos inventados pelos trabalhadores que, como analisou Amorim, “trabalho como prática social inventada, o convidado, o qual se define como

forma de cooperação entre os “camaradas” para realizar em pouco tempo as tarefas da roça, são invenções que manifestam as particularidades do grupo familiar” (AMORIM, 2000. p. 105-106). Essas particularidades estão inseridas nos elementos constitutivos do cunvidado como a ladainha e o Samba de Cacete socialmente inventados e associados ao trabalho para desenvolverem o plantio de uma roça, que se faz realizar com a unidade de força de trabalho, advindo do grupo de companhia que efetiva seus trabalhos coletivamente e de forma recíproca na relação de troca de dia de trabalho entre os lavradores.

Para a realização do cunvidado, os grupos de companhias da Vila de Juaba, na segunda metade da década de sessenta, promoviam uma reunião entre os membros formadores da companhia para organizarem uma espécie de calendário com as datas que cada roceiro escolhia para realizar o seu cunvidado. Pois pelo caráter organizacional do grupo tudo devia ser determinado com antecedência para que não houvesse complicações, como de dois roceiros marcarem seus cunvidados em um mesmo dia, o que ocasionaria a divisão do grupo em um determinado dia de trabalho, descaracterizando, assim, a ideia de coletivo que caracterizava a realização do trabalho pela companhia.

Contam os entrevistado, que para a realização do cunvidado, o líder da companhia avisava com antecedência da hora e o local em que o grupo deveria se juntar. Pois, tinham que se deslocar para o local de trabalho no dia anterior, e assim como era determinado todos obedeciam e se faziam presentes no local determinado para então partirem em grupo para o local aonde o dono do futuro roçado a ser plantado estava esperando para recebê-los. Alguns trabalhadores se deslocavam até o local de trabalho no carro de boi que era um meio de transporte mais comum naquele período, porém a maioria não disponibilizava de meios de transporte algum para a locomoção até o local de trabalho, por esta razão era frequente que os lavradores fizessem o percurso a pé e em grupo. Porém, o fato de se dirigirem para o local de trabalho em conjunto favorecia o fortalecimento dessa relação uma vez que, os lavradores compartilham o seu dia-dia com os colegas de profissão, ou seja, vivem mais intensamente o cotidiano do grupo o que é propício para estreitar as relações entre as pessoas em um determinado espaço de trabalho e convívio social.

Na manhã seguinte, após o grupo ter vivenciado as experiências da ladainha e do Samba de Cacete, que compunham todo o cenário de preparação do cunvidado, a companhia em um caráter festivo, com muita cantoria, se dirigia para o roçado onde iria ser realizado o cunvidado, era o momento de realizar a plantação do roçado. No trabalho da roça o caráter festivo contempla todos os momentos de realização do trabalho em grupo, nas fases de preparação do terreno que envolve a broca e a derruba, fases de trabalho exclusivas do homem, esse cenário

festivo era marcado pelos dobrados<sup>17</sup>, cantados por um quarteto que “puxava” uma determinada canção e, ao final desta outro quarteto iniciava outra canção mantendo assim o cenário de festa até o término do serviço que estava sendo realizado naquele dia específico.

A noção de dobrado está intrínseca a ideia de continuação, não só na introdução da música entoada por um quarteto, que continua a cantoria, assim que o quarteto que estava cantando termine sua canção, mais também, pela forma de se cantar os dobrados que são identificados pela diferença de tons vocálicos que compõem essas canções, ou seja, cada um que compõe o quarteto emite um tom de voz diferente que são classificados pelos trabalhadores como: tipi, baixo, tenor e contralto.

Essas vozes são emitidas ao mesmo tempo e começam no tom baixo e à medida que a música vai passando o tom vai aumentando, e fica alternando em momentos de tons baixos e momentos de tons altos, algo bem característico das canções do Samba de Cacete que começam com os “puxadores” em tom baixo e vai se elevando à medida que o restante do grupo entoa a canção. Porém, vale mencionar que nas fases de preparação da broca e da derruba esses dobrados são exclusividade dos homens já que as mulheres não participam destas fases dos serviços, mas na fase de plantação ou, mas, precisamente, no momento que antecedia a realização do Samba de Cacete que era um dos momentos onde os grupos entoavam esses dobrados, o coro continha a participação das mulheres uma vez que, elas passam a fazer parte desse contexto de trabalho e são fundamentais na encenação que configura o cenário competitivo do cunvidado.

Para o trabalho do cunvidado a companhia detinha uma corneta que quando soprada pelo comandante, exercia a função de determinar o encerramento do Samba, como também o início e o fim do trabalho de plantação do roçado. Esse bem material era utilizado pela companhia como auxílio na execução do trabalho. Segundo Pinto, “a corneta era um instrumento que demarcava o horário de iniciar e finalizar os trabalhos” (PINTO, 2004, p.106). Nesse sentido, a corneta era uma espécie de demarcador de tempo, que avisava os trabalhadores a hora de iniciar ou encerrar uma determinada atividade do grupo.

Nos grupos de companhia da Vila de Juaba, eram os comandantes que tinham a responsabilidade de soprar a corneta em caso de encerramento tanto do Samba de Cacete quanto do trabalho do cunvidado, mas eles atendiam ao mando do presidente que era quem determinava o momento de soar a corneta.

---

<sup>17</sup> - São canções que não contém letras musicais, mas apenas sons de vozes que entoadas ao mesmo tempo copiam uma espécie de coral de vozes.

Pela manhã, quando soava a corneta, era um aviso que estava na hora de encerrar o Samba e se preparar para o trabalho. Neste momento, o líder da companhia escolhia um cartucheiro<sup>18</sup> que imediatamente deveria se dirigir para o roçado para cortar os paus da maniva, que tinha em média de 10 a 20 centímetros de comprimento, pois quando os soldados e as pombinhas, denominações dadas a covadores e plantadeiras respectivamente, entrassem em cena tudo deveria estar pronto para que não atrapalhasse o andamento do trabalho de plantação e encenação competitiva entre o homem e a mulher.

O cartucheiro fazia diversos montes de pau de maniva pela extensão do roçado, isso proporcionaria que os semeadores, sujeitos que espalham os paus da maniva pelo roçado para servir as plantadeiras, não perdessem tempo indo buscar os paus em um local distante de onde a companhia estivesse realizando o trabalho naquele momento. Porém, este não podia cortar todos os feixes de maniva em um único momento, ele tinha que reservar alguns feixes para serem cortados na realização do cunvidado, pois ele não podia ficar sem fazer nada enquanto que o grupo estava trabalhando, era uma forma de participar do trabalho coletivo da companhia, segundo meus informantes.

Ao chegarem ao roçado o líder do grupo se encarregava de montar o cenário no qual o caráter competitivo iria acontecer, apontava a função de cada um, escolhia dois sangueiros<sup>19</sup> para tomarem conta da “cabeça do eito” e uma capitua, líder das mulheres que orientava os trabalhos femininos. Porém, era comum haver uma capitua para cada sangueiro e, nesse caso, era a líder das mulheres escolhida pelo presidente da companhia que exercia o poder de escolha da segunda capitua. Segundo afirmações de Pinto, “a celebração do trabalho na representação teatral do “cunvidado” encena os pressupostos da organização e consenso da “comunidade” e, nesta representação, a mulher ocupa posição chave que está contida nas normas, valores e rituais” (PINTO, 2004, p. 17). Sendo assim, a capitua é o símbolo representativo da relação de gênero onde recai o poder de encenação do cunvidado, onde a mulher exerce papel fundamental no que diz respeito a encenação competitiva na realização do cunvidado, uma vez que nela está contido o poder de dominar a tarefa feminina no trabalho da roça.

Este cenário do cunvidado era composto, também, por uma bandeira que era colocada em uma espécie de estandarte, que era fincado à beira do roçado pelo líder da companhia, este bem material era que atribuía sentido ao caráter competitivo do cunvidado. Pois, homens e mulheres se detêm no trabalho pela conquista deste símbolo representativo do cunvidado, ou mais precisamente, da companhia já que na bandeira estava inscrito um símbolo que

---

<sup>18</sup> - Pessoa responsável por cortar os paus da maniva para serem plantados no roçado.

<sup>19</sup> - Pessoa ágil para covar e que assume a cabeça do eito.

identificava a companhia, assim como também identificava cada uma das funções que o trabalhador desenvolve no trabalho da roça, ou seja, a bandeira trazia em si o cotidiano que o lavrador da roça vivencia no seu dia-dia de trabalho. Sobre a bandeira, Amorim na prática do cunvidado especifica que: “ela é uma imagem que vale por um sinal que funciona dentro de cada sistema cultural” (AMORIM, 2000, p. 37).

Para começar os trabalhos, o líder da companhia fazia uma espécie de vistoria no roçado para definir o ponto de onde começar o processo de plantação, e mandava que todos os covadores ficassem enfileirados um ao lado do outro à beira do roçado, e as mulheres plantadeiras se posicionavam atrás deles, esperando o soar da corneta, que determinava o início do trabalho. Quando a corneta era soprada pelo líder iniciava o processo de plantação do roçado e, conseqüentemente, o desafio no qual os trabalhadores eram envolvidos no cunvidado pela disputa da bandeira que estava postada à beira do roçado.

Os trabalhos seguiam sendo orientados pelo comandante da companhia que fiscalizava o serviço dos homens e incentivava as ações dos covadores com palavras de incentivos como: “vamo, vamo; trançando, trançando”. Trançar para os trabalhadores significava jogar a enxada para a direita e para a esquerda fazendo duas covas em cada um dos lados. Seu Loló conta que era um momento de euforia por parte das plantadeiras, pois aquela ação fazia com que elas se jogassem de um lado para o outro para acompanhar o covador, e sem deixar covas sem serem plantados os paus da maniva.

Eufóricas também ficavam as plantadeiras quando o covador esfregava a enxada contra os troncos de árvores carbonizados no meio do roçado fazendo um barulho irritante. Conforme lembra dona Maria Tereza Tavares,

“quando os covantes raspava a enxada no pau a capitua dizia assim pra nós: vumbora minhas pombinhas, vumbora que os soldado vão longe, eles vão nos deixar (Fala de dona Maria Tereza Tavares, 79 anos).

Na lembrança da trabalhadora percebe-se que o gesto de esfregar a enxada contra o tronco é uma forma de aviso de que as plantadeiras estão ficando distante para trás, de que não estão podendo acompanhar o ritmo de trabalho de um determinado covador, já que a fala nos dá a entender que o covador só praticava tal ação ao estar se distanciando das plantadeiras.

A capitua tomava conta do trabalho das mulheres, era ela quem escolhia as plantadeiras que iriam atrás dos sangueiros. Porém, vale lembrar que o processo de plantação do roçado acontece aos pares onde cada covador deve levar a sua plantadeira e sem a sua acompanhante ele não participava do cunvidado. Segundo informações das pessoas entrevistadas, logo a

plantadeira escolhida era a própria companheira do sangueiro, pois o caráter competitivo do cunvidado se dava na cabeça do eito uma vez que, a conquista da bandeira ocorria quando o sangueiro efetivava a abertura da última cova. Pois, se a plantadeira determinada para acompanhá-lo plantasse a cova no momento em que esta fosse efetivada, não restando mais covas para serem plantadas. No que diz respeito ao desafio a dupla que estivesse trabalhando na “cabeça do eito”, as mulheres ganhavam a disputa e, conseqüentemente, a bandeira, caso contrário faltassem mais de uma cova para serem plantadas eram os homens quem saíam vencedores e detinham a posse momentânea da bandeira, digo momentânea porque ela ficava sob a guarda do presidente da companhia que era encarregado de cuidar e zelar pela bandeira.

Dona Maria Tereza Tavares conta, que estando próximo ao término da plantação do roçado, as mulheres e, também, os homens se precaviam com a falta do pau da maniva, eles e elas prendiam alguns pedaços entre a cintura, entenda-se quadril, e o cós<sup>20</sup> da bermuda ou da calça, conforme o que vestiam, no caso dos homens e da saia no caso das mulheres, pois no final do serviço estavam munidos dos paus da maniva e prontos para efetivarem a plantação da última cova, caso faltassem os paus da maniva no final do trabalho o que implicaria na perda do desafio do cunvidado, e conseqüentemente, da bandeira, ou seja, ao final do serviço quando o covador abrisse a última cova e a plantadeira não possuísse o pau da maniva para efetivar a plantação, o soldado poderia efetivar a plantação da cova e ganhar a bandeira.

Narram os entrevistados neste estudo que, ao se aproximar do término do trabalho de plantação, as capituas observavam o desempenho das plantadeiras na “cabeça dos eitos” e começavam a se comunicarem no sentido de orientar, quando uma percebia que estava perdendo ela dizia para a outra “segura o teu lá que eu tô ficando aqui”, lembra a trabalhadora Maria Tereza Tavares, era uma forma de incentivar a competitividade já que o desafio pela bandeira se dava entre os sangueiros e as suas plantadeiras, ou seja, para que os homens saíssem vencedores ambos os “cabeceiros” tinham que se distanciar e não permitir que uma das mulheres efetivasse a plantação da última cova, caso isso não ocorresse às mulheres saíam vencedoras.

A realização do trabalho de plantação do roçado pelo caráter competitivo que configura o cunvidado era sob muito incentivo tanto do comandante que coordenava o trabalho dos homens quanto da capitua que orientava o trabalho feminino. A ação de ambos além de fomentar essa competição, tinha como propósito a agilidade do serviço, pois no trabalho da

---

<sup>20</sup> - Região da calça ou saia que quando vestidos fixa ao quadril do corpo humano.

roça, conforme afirma o senhor Lourival de Carvalho, “não podia fazer corpo mole, tinha que ser duro na queda”.

Demonstração de força no trabalho da roça significava desafiar o tempo, pois o grupo tinha o hábito de estipular um tempo para a conclusão do trabalho de plantação, logo o incentivo servia também como meio de vencer essa estimativa de tempo que se fazia para concluir a plantação de um determinado roçado. Conta seu Loló que:

“era em torno de vinte homem covando, conforme a companhia, cortava muita terra, então era rápido” (José Leocárdio de Carvalho, Loló, 82 anos).

As lembranças que surgem na memória dos mais velhos associam número de covadores à agilidade para efetivar as covas, quanto maior o número de homens abrindo as covas, mais rápido era o andamento do serviço de plantação, o que era fundamental para vencer o tempo estipulado pelo grupo para encerrar os trabalhos do cunvidado. E nessa perspectiva o gesto de incentivar fazia o trabalho ganhar ritmo e sendo concluído em um curto intervalo de tempo.

A mulher na imagem da capitua no trabalho do cunvidado exercia também um poder de fiscalizar o trabalho dos homens e assegurar um melhor aproveitamento do terreno que estava sendo trabalhado. Pois quando as plantadeiras percebiam que as covas estavam sendo rasas ou que os covadores estavam deixando tupé<sup>21</sup> elas comunicavam a capitua, que por sua vez informava o comandante e este pedia com que o covador que estivesse fazendo as covas rasas melhorasse seu trabalho ou no caso do tupé autorizava que ele voltasse e fizesse as covas nos espaços vazios, assegurando assim um bom aproveitamento da terra que lhes proporcionavam os frutos da sobrevivência, a mandioca.

No desenvolvimento do trabalho de plantação não era comum alguém deixar esses espaços vazios, pois se buscava efetuar um trabalho de qualidade com covas profundas e com o aproveitamento máximo dos espaços. Além disso, contam os entrevistados que quando algum covador deixava tupé, ele era marcado com o mesmo nome, passando a ser denominado pelos trabalhadores também de tupé, naquele determinado dia de trabalho em que ocorreu o acontecido, uma espécie de gozação para com o trabalhador, mas que em nada alterava a relação com o restante do grupo.

O trabalho se encerrava com o soar da corneta pelo comandante da companhia no momento em que o sangueiro efetivava a última cova, o grupo vencedor erguia a bandeira e começava uma gritaria que significava não somente a comemoração pela conquista da bandeira,

---

<sup>21</sup> - espaço deixado no roçado sem ser efetivado a abertura das covas.

mas também pela realização de um trabalho concluído como também de um dever cumprido para com o seu companheiro de grupo. Uma vez que a conquista da bandeira como o cenário competitivo são simbólicos, mas a efetivação do trabalho e a obrigatoriedade de cumprir com um compromisso de grupo são reais, pois o cunvidado é parte do trabalho que configura a relação de troca de dia que caracteriza a relação de reciprocidade entre os integrantes do grupo de companhia no trabalho de preparação e plantação do roçado.

Os trabalhadores que saíssem vitoriosos da competição encenada pelo cunvidado, os homens ou as mulheres, tinham a responsabilidade de enfeitar a bandeira com uma fita, a cada cunvidado a bandeira possuía uma fita a mais colocada pelos trabalhadores como resultado de uma vitória de um cunvidado anterior,

“quando era nós que ganhava nós colocava cada uma largona, maior que as delas” (José Leocárdio de Carvalho, seu Loló, 82 anos).

A fita além de enfeitar o símbolo da companhia que era a bandeira, como uma representação de mais um cunvidado realizado, era também uma forma de lançar um novo desafio entre os lavradores para o próximo cunvidado uma vez que, o grupo tanto masculino como o feminino faziam uma arrecadação financeira para poder comprar uma fita que pudesse se sobressair sobre a que o outro havia colocado, em uma oportunidade anterior. Seria também uma forma de demonstração de poder, já que uma fita de grande porte poderia encobrir e tirar a visibilidade das fitas menores. Estas são possibilidades de compreensão do uso da fita no cenário do cunvidado, mas que precisa de uma análise profunda para se ter uma conclusão mais significativa sobre este elemento constituinte na encenação do cunvidado na Vila de Juaba, na segunda metade dos anos 60.

Ao término do trabalho do cunvidado todos voltavam em grupo e com muita cantoria para a casa do dono do roçado onde seria servido o almoço, se este já estivesse pronto. Caso contrário o grupo voltava a montar a roda de Samba de Cacete e iniciava um novo festejo até a alimentação estar pronta para o grupo poder saciar a fome após a realização do trabalho do cunvidado. Na relação de gênero que marca a divisão do trabalho na roça, determinava também a divisão de tarefas quando se tratava da alimentação, a companheira do dono do cunvidado era quem preparava a alimentação para os trabalhadores, mas na hora de servir o alimento, a capitua servia primeiramente as mulheres e depois o líder era que tinha a responsabilidade de servir aos homens.

Em meio ao lazer e o trabalho, o grupo parecia encontrar na cachaça, que era servida pelo comandante da companhia durante realização do cunvidado, um meio de energizar o próprio corpo para a tarefa do trabalho na roça. A cachaça está presente em todos os momentos de realização do trabalho da companhia, exceto da ladainha, era um meio de amenizar a dor e o cansaço que o trabalho duro e cansativo da roça provoca no sujeito trabalhador do campo e, sob o efeito dela o grupo realizava um trabalho com muita alegria que caracterizava o trabalho do cunvidado.



Imagem 12: Realização do cunvidado na Vila de Juaba . Fonte: Wellington Costa.

O cunvidado é uma prática cultural que os trabalhadores rurais da Vila de Juaba, na segunda metade da década de sessenta, assimilaram dos seus antepassados e reproduziram no seu tempo como um meio criativo que o grupo de companhia encontrou para a realização do trabalho na roça por meio da unidade de força coletiva da companhia que preservou elementos passados constitutivos no cenário e cotidiano do trabalho no campo, utilizando-se de ferramentas simples como o terçado para cortar os paus da maniva, o paneiro em que eram carregados os paus da maniva e a enxada utilizada para a efetivação das covas, o grupo possibilitava a constituição da lavoura de subsistência que assegurava parte do sustento familiar dos integrantes do grupo de companhia.

Encenando uma disputa que convergia para a conquista de uma bandeira e que possibilitava a plantação de um roçado, a companhia utilizando-se de um conjunto de práticas culturais preservou um modo de socialização dos trabalhadores o que estreitou os laços de amizade e, conseqüentemente, determinou as relações sociais não só no meio de trabalho, mas

também, no convívio social uma vez que esses trabalhadores dentro da companhia se sentem como uma constituição familiar, pertencentes a um grupo de pessoas que contemplam conjuntamente no campo a fé, o lazer e o trabalho como elementos que integram suas vidas no meio rural da roça. Para Pinto, “os putiruns ou “convidados” simbolizavam a união de várias pessoas como uma única e grande família que indistintamente associava trabalho e lazer” (PINTO, 2004, p. 97).

Característico também dos grupos de companhias Nossa Senhora da Piedade e Chapéu Virado, que estão sendo descritos nesse trabalho, era a relação estabelecida entre ambos na realização do cunvidado. Contam os trabalhadores que quando ambas as companhias estavam desenvolvendo seus trabalhos uma próxima da outra, assim que uma terminava com a plantação de um roçado e, conseqüentemente, com o seu cunvidado, esta se dirigia para o cunvidado do grupo que estava ali nas proximidades e pedia permissão para adentrar no serviço, com a permissão cedida o grupo compartilhava o cunvidado da outra companhia estreitando os laços de companheirismo e as relações sociais entre os dois grupos de companhia que passavam a se ajudarem no cotidiano de trabalho na roça no que compete ao cunvidado,

“A lavoura é um trabalho muito forçado. Então, quando algum roçado ficava próximo nós ia ajudar com aquela maior alegria” (Maria Tereza Tavares, 79 anos).

As lembranças que surgem desta trabalhadora revive a relação solidária entre os grupos e a dificuldade de se trabalhar na roça e da necessidade de estreitar as relações com os trabalhadores para que todos pudessem ajudarem-se mutuamente e proporcionar que cada lavrador adquirisse a sua roça plantada com a ajuda dos companheiros que partilhavam uma experiência de vida e trabalho comum a todos que retiram o seu sustento familiar da lavoura de subsistência. Segundo Pinto, “o convidado, portanto é criativo, constitui-se numa teatralização de valores e significados, é uma forma organizada de cooperação entre homens e mulheres” (PINTO, 2004, p. 35). Pensamos desta forma, pelas características do cunvidado que associou elementos que encenados implicam em uma disputa simbólica entre homens e mulheres, mais que resulta da relação conjunta dos trabalhadores que se unem de forma cooperativa para se ajudarem nos trabalhos da roça. Na Vila de Juaba, no período analisado, essa cooperação se dava também de companhia para companhia, estreitando as relações não só entre os integrantes de um grupo específico, mas entre grupos que partilhavam um cotidiano comum no meio rural.

Atualmente na Vila de Juaba os trabalhadores da roça ainda desenvolvem a plantação dos roçados por meio da prática do cunvidado, priorizando o trabalho coletivo em uma relação que consiste na troca de dia. Porém, essa prática está limitada apenas a efetivação do plantio do

roçado, sem as características observadas na década de sessenta, como o uso de corneta, bandeira e, principalmente, sem o caráter competitivo que no passado estimulava o trabalho em grupo.

Os grupos ainda são identificados como companhia, essa conclusão pode ser feita quando um trabalhador do campo se depara com um grupo que esteja entoando no trabalho os antigos dobrados que ainda persistem no trabalho da broca e da derruba, logo se diz que aquele grupo está “cantando ou gritando companhia”, mas não possuem um nome específico que designe a companhia, como também não possuem mais uma liderança que responda em nome do grupo, a representação ela é coletiva no sentido de que todos podem ser considerados uma liderança dentro do grupo, não existe um líder específico responsável pela organização do trabalho da companhia.

São mudanças pelas quais os trabalhos de plantação dos roçados realizados pelos grupos de companhias vêm passando, mas o cuidado enquanto valorização de uma prática cultural que identifica um grupo de trabalhadores ainda é bastante influente no cotidiano de vida e trabalho no campo para os lavradores que retiram seu sustento da lavoura de subsistência. Mas também, para aqueles que vivenciaram essa experiência e que hoje não trabalham na roça, mas que participam dos convidados como forma de celebra a cultura do convidado, uma demonstração de que essa prática constitui a cultura de uma “sociedade” que a recriou como meio de sobrevivência.

## 2.2.LADAINHA: “CATOLICISMO CABOCLO”

Para a efetivação do convidado os grupos de companhias realizavam primeiramente uma reza que no contexto social da roça era designada de ladainha, uma espécie de manifestação religiosa do campo que podemos associar ao que Amorim chamou de “catolicismo caboclo”, por ser realizado longe das igrejas em virtude de acesso a elas. Segundo Amorim, “a celebração das ladainhas partilhadas entre os convidados é um marco significativo na valorização das práticas culturais” (AMORIM, 2000, p. 52). Este era um momento de o grupo contemplar a vida espiritual, associando-o ao trabalho como meio de pedir pela prosperidade da lavoura, para que esta produzisse bons frutos que alimentavam os “filhos rurais”, conforme expressão utilizada por Pinto (2004).

Contam as pessoas entrevistadas no presente trabalho, que para a realização da reza, colocava-se uma mesa e sobre ela a imagem do santo que representava a companhia, no caso

da Companhia da Piedade era a imagem de Nossa Senhora da Piedade e, já no caso da Companhia Chapéu Virado não era usado nenhuma imagem de santo para a encenação do momento religioso, atrás da mesa erguia-se a bandeira contendo as gravuras dos símbolos representativos da companhia e do trabalho na roça. Essa mesa era toda enfeitada com flores naturais colhidas em meio à natureza e encenava uma espécie de altar onde tradicionalmente são postas as imagens religiosas.

No contexto da religiosidade na roça na Vila de Juaba, para a celebração da ladainha que configura o momento da reza observa-se uma distinção de gênero, pois a responsabilidade de conduzir a celebração era dos homens. Esses rezadores eram denominados de capelão, conforme relata dona Jomira Tavares (queira ver imagem 12).

“saia três ou quatro homem que ia pra frente rezar a ladainha, era sempre assim, eles rezava na frente e nós pegava pra trás” (Jomira Tavares de Carvalho, 77 anos).



Imagem 13: Jomira Tavares de Carvalho, 77 anos. Fonte: Kleber Arnaud



Imagem 14: Benina Silva de Carvalho, 79 anos. Fonte: Kleber Arnaud

la forma de se Arnaud iada por um conjunto de homens, “a ladainha é reza antiga cantada ou talada um puxa, outro responde” (AMORIM, 2000, p. 84). Porém, é possível compreender a participação da mulher como uma interlocutora entre aqueles que celebram a ladainha e os demais presentes uma vez que, a capitua ficava à frente do grupo que respondia intermediando essa comunicação, como menciona dona Benina Silva (queira ver imagem 14):

“a capitua ficava na nossa frente, ela rezava primeiro e nós pegava pra trás o que ela falava” (Benina Silva de Carvalho, 79 anos).

A lembrança do passado reconstitui o papel da mulher como um elo transmissão da mensagem sagrada, sendo assim, pode-se atribuir a qualquer um dos gêneros, tanto o masculino, como o feminino o poder de exercer esse papel de conduzir a ladainha, ou seja, no que competem ao ser religioso os homens e as mulheres exercem igual poder de realização uma vez que, ambos exerciam o papel de transmitir a mensagem religiosa aos demais trabalhadores rurais.

A ladainha como forma de manifestação religiosa era um meio que o grupo reproduziu para associar a vida religiosa ao trabalho, como forma de aproximação do homem e da mulher aos seres sobrenaturais e assim, pedir por proteção no trabalho e, principalmente, pela boa produção dos produtos de onde os lavradores retiravam parte de seus alimentos para a sua sobrevivência.

Ao que parece baseado nas informações colhidas junto aos entrevistados, a ladainha também parece ser uma invenção pensada na própria forma de organização da companhia que valoriza o coletivo, pois essa manifestação religiosa do campo pensa celebrar não uma única divindade católica, mas um conjunto delas já que ela se refere a vários santos, característica do modo de pensar dos grupos de companhia que é voltado para o coletivo e não para o individual, apesar de a companhia em alguns casos possuir o nome de uma divindade, na hora da reza celebra um conjunto deles de forma coletiva.

A ladainha como forma de celebrar o trabalho voltado para o pensamento religioso, como pude observar na atualidade, ficou no passado e não constitui prática que se realize no contexto social do trabalho no campo pelos grupos de companhias atuais, são mudanças pelas quais a encenação do cunvidado vem passando em meio ao cenário atual de realização do cunvidado, que se limita apenas ao trabalho de plantação do roçado.

### 2.3.SAMBA DE CACETE: FESTA DO CAMPO

Para a efetivação do plantio de um roçado os grupos de companhias Nossa Senhora da Piedade e Chapéu Virado, da Vila de Juaba, na segunda metade da década de sessenta, realizavam o Samba de Cacete onde os trabalhadores se divertiam antes de iniciarem o cunvidado. Sobre o Samba de Cacete o Professor Manoel Valente (queira ver imagem 15) argumenta que,

“O Samba de Cacete é uma prática cultural inventada, é uma reconstrução da cultura, da música, da dança e da ancestralidade de matriz africana dentre terras e águas da Amazônia Tocantina, resignificada pelos negros que vieram para a região de Cameté” (Fala do Professor Manoel Valente).



Imagem 15 Professor Manoel Valente Fonte: Dejanil Machado

A fala do entrevistado revela a construção dessa prática cultural na região do Tocantins como prática inventada porque é uma criação específica dos negros que vieram para esta região, denominada no meio acadêmico de Baixo Tocantins ou de Amazônia Tocantina.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Na concepção de Nunes (2010) esta expressão consiste em uma unidade do território brasileiro expansão de domínio (NUNES, 2010, pp.01-10). Enquanto Pinto (2010) afirma que, foi a partir da década de 1970 e início de 1980 que a “população da microrregião de Cameté ou Baixo Tocantins, no viés de suas auguras, lutas e inúmeras resistências força-lhe outro nome, aliás, um nome feminino, Região Tocantina, e por ser localizada na Região Amazônia, vez por outra aparecia na fala de integrantes das classes trabalhadoras, que se organizavam nas Comunidades Eclesiais de Base, como mais uma derivação: Amazônia Tocantina” (PINTO, 2010, pp. 01-11).

Denomina-se Samba de Cacete pelas suas características instrumentais que são identificados por dois tambores de aproximadamente um metro e vinte centímetros de comprimento, feito de forma artesanal pelos próprios trabalhadores que escavam troncos de pau oco retirados na natureza e trabalhados adquirindo forma, possuindo em uma das extremidades um pedaço de couro de pele de animais e vários cacetinhos. Por meio de pequenos furos prendem o couro nos tambores, uma espécie de atracador artesanal, enquanto os dois cacetes completam os instrumentos do Samba, estes são essenciais para atribuir a rítmica do Samba de Cacete.

Na concepção de Pinto,

“Além de reunir para fins religiosos, os tambores da população negra dessa região convidavam para a comunhão do trabalho coletivo, enfim, avisavam e produziam sons ritualísticos de religiosidade, faina diária, nascimentos, casamentos e mortes. Insurgiam memórias, lembranças dolorosas da escravidão e das diferentes estratégias de resistência adotadas por negros diante do processo escravista brasileiro” (PINTO, 2013, p. 28).

Segundo o entrevistado Professor Manoel Valente, os cacetes são uma espécie de marcadores do samba, pois são eles que dão ritmo à música e a batida dos tambores. A partir de suas lembranças e vivências com mestres de Samba de Cacete, relata o seguinte: “eles sempre me diziam que, o caceteiro tinha que segurar a batida, por que se ele desgovernasse tudo descontrolava.” (Fala do Professor Manoel Valente).

Com base na fala deste entrevistado, que narra suas convivências com os mestres do Samba de Cacete, é possível observar que cacetes funcionam como sendo os marcadores do ritmo do Samba de Cacete, e não a batida no couro dos tambores que determinam se o ritmo é mais lento ou mais acelerado. Os tambores são em números de dois, um sendo mais largo que o outro. O mais largo é o que faz o som mais grave e o mais estreito faz o som mais agudo, ou seja, o maior faz a marcação do ritmo e o menor faz o contra-tempo, ou o que os batedores de Samba de Cacete chamam de repinicada<sup>23</sup>. Sobre a marcação e o contra-tempo, “é como se um tamburo falasse e o outro respondesse” (fala do entrevistado Professor Manoel Valente). É, como fosse tipo uma relação de perguntas e respostas, onde um efetive uma pergunta e o outro tivesse que responder. Por isso, a relação entre os dois tambores um que marca e o outro que faz o contra-tempo.

---

<sup>23</sup> - Batida acelerada mas que não foge a marcação da música.



Imagem 16: Samba de Cacete na Vila de Juaba. Fonte: Kleber Arnaud.

Para se tocar o Samba de Cacete na Vila de Juaba, precisa-se de três componentes, onde dois assumem os tambores e um os cacetes. Postos os tambores deitados no chão, um ao lado do outro, os tocadores sentam sobre os instrumentos como se montasse um cavalo, abre as pernas e senta sobre ele onde batucam com os dedos, com a palma das mãos abertas e com os dedos esticados e em raros momentos os batedores utilizam as palmas das mãos para batucarem,

“Na Vila de Juaba o tamburo é tocado com os dedos, não é com as palmas das mãos” (fala do Professor Manoel Valente).

A partir das vivências do entrevistado Professor Manoel Valente com os metres do Samba de Cacete e de suas pesquisa a respeito deste samba na Vila de Juaba, compreende-se que o batedor posiciona as mãos de forma que ele só usa os dedos esticados para bater nos tambores e que em raros momentos ele utiliza as mãos por inteira. Os batedores utilizam também o calcanhar como auxílio para emitir um determinado som dos tambores, quando se pressiona o “rosto” do instrumento ele torna o som mais agudo e quando se solta ele emiti um som mais grave, aí fica alternando conforme o momento da canção e a rítmica da música.

O Samba de Cacete possui uma variedade rítmica que varia de acordo com a característica musical de cada localidade onde este existe, podendo variar de um binário a um quaternário, na Vila de Juaba. Segundo alguns entrevistados, ele é batido em uma marcação binária<sup>24</sup> e possuem apenas dois ritmos, um lento e o outro mais ritmado que é chamado de alegre ou vivo por razão de envolver os participantes do Samba de Cacete em um momento mais contagiante, esses ritmos se alternam no decorrer da canção.

Segundo fala Lourival de Carvalho e demais entrevistados, os batedores dos tambores são chamados de “puxadores”, uma vez que são eles que iniciam as canções e, posteriormente, os demais brincantes entoam a canção em grupo, por isso diz-se que o Samba de Cacete é cantado em duas vozes, uma que puxa e outra que responde:

“eles nunca estudaram música, mas é o que a gente chama de uma oitava acima, os batedores começam e os demais respondem” (Fala do Professor Manoel Valente).

Trata-se da forma de associar os tons de vozes inseridas no Samba de Cacete com as notas musicais, com suas variações de sons que vão do mais baixo ao mais auto tom, fazendo essa comparação com o sentido de se cantar o Samba.

Na realização do cunvidado pelos grupos de companhias da Vila de Juaba, na primeira metade da década de sessenta, trabalho e lazer estavam intimamente associados no contexto social de vida e trabalho dos lavradores rurais. Contam as pessoas entrevistadas neste trabalho, que após a realização da reza, o grupo organizava o Samba de Cacete, enquanto os trabalhadores se preparavam para o momento de lazer, os batedores iam esquentar a “cara” dos tambores na

---

<sup>24</sup> - Por que possui duas marcações de tempo da música.

fogueira, forma de esticar o couro e proporcionar um som de melhor qualidade e todos os trabalhadores dançava indistintamente e bebiam o que era oferecido pelo roceiro dono do cunvidado, assim como no trabalho da roça, no Samba de Cacete “a cachaça não está para embriagar, ela está para alegrar” (Fala do Professor Manoel Valente).

Segundo ressalta Pinto,

“É bastante comum se dançar o samba de cacete nos povoados remanescentes de antigos quilombolas ou mocambeiros da região do Tocantins, descalço e embalados por muita cachaça, “a pinga”, responsável, quanto mais a noite avança rumo à madrugada, pela animação em forma de cantoria, risos e gritos eufóricos na sala. Uma espécie de alucinação coletiva, que faz extravasar dores, tristezas, preocupações, cansaços físico e espiritual. O samba parece ser nos povoados negros rurais, acima de tudo, uma saudação ao trabalho, uma vez que o momento que antecede cada pausa do samba de cacete é denominado fornada, uma alusão a um dos atos da feitura da farinha de mandioca, quando a massa ao secar no forno é denominada pelos roceiros e roceiras da região tocantina de fornada” (PINTO, 2013, p. 32).

No trabalho da roça ou no Samba de Cacete a bebida era diferenciada, para os homens servia-se cachaça normal e para as mulheres servia-se licor, sempre na relação de gênero, ou seja, para os homens quem servia era o líder da companhia e para as mulheres a capitua. Contudo, tanto no trabalho, como no Samba de Cacete, a cachaça ela é comunitária, ela é de todos.

Porém, contam os entrevistados, que em ambos os momentos a cachaça era controlada, ela não ficava ali no meio para os brincantes se servirem, pelo contrário, ficava sempre sob a posse de alguém, que controlava a quantidade que seria servida, e o momento de servir essa cachaça. Neste sentido, cachaça era dada pelo comandante no cunvidado e pelo líder da companhia na realização do Samba de Cacete, havia a preocupação em não permitir a embriaguez durante o momento de lazer, pois na manhã seguinte o trabalhador tinha que está apto para o trabalho. Verifica-se assim, que a cachaça era servida em longos intervalos de tempos, permitindo que os trabalhadores se divertissem consumindo a bebida e ainda estivessem em condições de ir para o trabalho, desempenhar as tarefas da companhia na realização do cunvidado.

Na realização do Samba de Cacete, que acontecia durante o cunvidado, era comum a presença de pessoas que não integravam a companhia e que não iam voltadas para trabalhar no cunvidado, mas que queriam apenas participar da festa e beber a cachaça que era oferecida para os trabalhadores que estavam comprometidos com a realização do cunvidado. O senhor Oenis de Pinho Lopes conta que:

“naquele tempo fazia festa só de Samba de Cacete, então aonde tinha samba o pessoal ia” (Oenis de Pinho Lopes, 79 anos).

Observa-se a partir desta e de outras falas, que as lembranças revivem o tempo em que o Samba de Cacete embalava as noites de festa e atraía os intrusos que iam beber e dançar o Samba, esses sujeitos eram denominados de guaxinim, uma alusão feita ao animal do mesmo nome que tem hábitos de sair para beber e se alimentar durante a noite uma vez que, o Samba de Cacete era realizado à noite e, ao término do samba o guaxinim se retirava e não participava do trabalho, uma espécie de “aproveitador”.

A relação do cunvidado com o Samba de Cacete está caracterizada também nas canções, as músicas fazem essa relação com o trabalho, elas já vão traduzindo essa realidade de vida e trabalho no qual o lavrador está inserido. Conforme afirma o Professor Manoel Valente,

“as letras das músicas acabam desenhando muitos dos movimentos da dança, porque não existe uma coreografia pré-desenhada” (Fala do Professor Manoel Valente).

Essa informação leva-nos a compreensão de que a dança traduz aquilo que a letra da cantiga ou da música deixa transparecer, ela não tem um passe que a identifique, uma vez que as canções do Samba de Cacete, fazem relações com diversas frentes como a natureza, com o sobrenatural, canções que falam de amizade, dos fatos do dia-dia, cantigas que fazem relações históricas, logo, não se tem um passe específico que defina a dança do Samba de cacete, porque a dança é uma encenação daquilo que a cantiga canta.

“O Samba de Cacete é uma das práticas do povo da Amazônia Tocantina, é um ritual de música e dança de matriz africana, construído, reconstruído, reconfigurado a partir de uma ancestralidade africana entre o rio e a floresta, é como que reinventaram a cultura ou o que restou da cultura africana aqui na nossa região” (fala do Professor Manoel Valente).

A análise feita por este entrevistado possibilita-nos compreendermos essa prática como sendo de originalidade da Amazônia Tocantina, um ritual de música e danças vindas de África, mas que foi ganhando contornos e experiência da Amazônia e se configurando no Samba de Cacete.

Atualmente, na Vila de Juaba, entre os grupos que desenvolvem o trabalho na roça de forma coletiva, não é possível observar a realização do Samba de Cacete como prática cultural associada à realização do cunvidado. O Samba de Cacete ainda se preserva, na atualidade,

porém, de forma isolada do contexto social do trabalho na roça que configurava o cenário de realização do cunvidado que, na segunda metade da década de sessenta, compunha um conjunto de práticas culturais que configurava o cotidiano de vida e trabalho dos lavradores para desenvolverem o plantio de um roçado de maniva de mandioca, e que integrava um momento de socialização dos trabalhadores que determinava as relações sociais que se teciam por meio dos grupos de companhias para a realização dos trabalhos no campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender que no início dos anos 60, os trabalhadores rurais da Vila de Juaba tinham nos grupos de companhia a sua principal base de preparação da lavoura de subsistência de onde retiravam parte do sustento familiar, sendo assim, integrar o grupo de companhia significava não somente um meio de sobrevivência, mas também, partilhar de uma experiência de vida e trabalho que aproximava os trabalhadores em uma relação de ajuda mútua no trabalho da roça.

É possível pensar que as relações sociais se teciam com a formação dos grupos de companhia, pois é onde os roceiros formalizavam uma parceria para a realização do trabalho na roça, instituindo assim um conjunto de regras que determinam os direitos e deveres de cada lavrador. Estabelecendo-se uma relação grupal, estreitavam-se os laços de amizade que se aprofundava no cumprimento das responsabilidades assumidas por cada integrante da companhia, em executar a preparação e plantação do roçado de cada componente da companhia, juntamente com os demais colegas de grupo. Isso determinava as relações sociais uma vez que cada trabalhador tinha por objetivo ganhar o dia de trabalho do colega em uma relação de troca de dia que uma vez cumprida, tornava esse lavrador parte de uma constituição vista como familiar. Nesse sentido, é possível pensar que o trabalho definia a relação grupal e era a principal base integradora do grupo, uma vez que se buscava adquirir a força de trabalho dos outros integrantes da companhia para a efetivação dos trabalhos no roçado.

A realização do cunvidado, encenado por um conjunto de práticas culturais inventadas para a realização do trabalho de plantação do roçado, proporcionava o grupo a se relacionar com experiências vivenciadas pelos seus ancestrais, o que possibilitou a assimilação e reprodução dessas práticas como elementos constituintes da sua formação cultural, identificadas nas raízes da cultura negra que foram reinventadas no espaço social do campo associando trabalho e lazer na região do Baixo Tocantins.

Ao enraizar essas práticas como elementos constituintes no seu cotidiano de vida e trabalho, os trabalhadores rurais da Vila de Juaba, reproduzindo essas experiências criaram uma identidade caracterizada pelas práticas que revelavam seus costumes quanto ao modo de encenar o cunvidado associando trabalho e lazer. Mas também, revelam seus modos de se organizarem e se relacionarem não somente uns com os outros, mas com os elementos que constituem a prática do cunvidado que expressão uma experiência vivenciada pelos seus antepassados e assumida como parte constituinte de suas formações culturais identificadas na

ladainha, no Samba de Cacete e na realização do trabalho do cunvidado que expressam uma experiência inventada para o desenvolvimento do trabalho da roça.

Essa identidade é revelada nas memórias dos velhos e velhas que trazem para o presente a reconstrução de um conjunto de práticas culturais que caracterizavam o cotidiano dos grupos de companhia, como produto de uma relação social fundamentada na prestação do trabalho na roça e mediada pela ideia de troca de dia em uma relação de reciprocidade e ajuda mútua entre os integrantes da companhia.

Integrando rezas, festa e trabalho, o grupo possibilitava a preparação e plantação do roçado por meio do cunvidado, que é fundamentado no trabalho coletivo, além de contemplar a sociabilidade entre os lavradores possibilitando, assim, a incorporação dos valores culturais transmitidos pelos seus antepassados como elementos constituintes de suas vidas e trabalho na roça.

Portanto, observa-se que o trabalho é elemento significativo na constituição dos grupos de companhia. Ele é o objeto que atribui sentido à origem dos grupos, uma vez que é pensado como elemento que aproxima e uni as pessoas em uma relação de reciprocidade no trabalho do campo, assim também como na realização do cunvidado onde o trabalho é negociado, celebrado e festejado, de modo que o grupo compete, reza, canta e dança em torno da realização do trabalho de plantação de uma roça, como um processo ritualizado que a companhia pratica como forma de celebrar o trabalho.

## **FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA**

### **a) FONTES ORAIS:**

Oenis de Pinho Lopes. Entrevista. 13/10/2017. Vila de Juaba-Cametá.

Maria Tereza Garcia Tavares. Entrevista. 17/11/2017. Vila de Juaba-Cametá.

Leocardio José Rodriguês de Carvalho. Entrevista. 17/10/2017. Vila de Juaba-Cametá.

Jeová Pereira de. Entrevista Oliveira. 21/10/2017. Vila de Juaba-Cametá.

Lourival Tavares de Carvalho. Entrevista. 23/10/2017. Vila de Juaba-Cametá.

Benina Silva de Carvalho. Entrvista. 21/11/2017. Vila de Juaba-Cametá.

Jomira Tavares de Carvalho. Entrevista. 26/11/2017. Vila de Juaba-Cametá.

Professor Manoel Valente. Entrevista. 02/02/2018. Cidade de Cametá.

Wilma Gomes da Costa, 61 anos. Entrevista. Vila de Juaba-Cametá.

Genésio Nunes Lima, 46 anos. Entrevista. Vila de Juaba-cametá.

Lúcio da Veiga Arnaud, 60 anos. Entrevista. Vila de Juaba-Cametá

Edward da Veiga Arnaud, 66 anos. Entrevista. Vila de Juaba-Cametá.

### **b) FONTES IMAGÉTICAS:**

Imagens fotográficas feitas no decorrer da pesquisa e as encontradas nos acervos familiares das pessoas entrevistadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho: Coleção Primeiros Passos**. 3ª ed. – Editora Brasiliense.
- AMORIM, Maria Joana Pompeu: Etnografia do Cunvidado: **Trabalho e Lazer de Grupos Familiares em Tomásia, (PA)**. Belém, 2000.
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 55-91 (“História Cultural e História Antropológica”).
- BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos** / Eclea Bosi. – 3. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURKE, Peter. “**A vez da antropologia histórica**”. In: O que é história cultural? Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- DEOGADO, Lucilia de Almeida Neves: **História oral – memória, tempo, identidades**. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- Hall S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: dp&a; 2005
- NUNES, Francivaldo Aves. **Unidade do território Brasileiro e Expansão de Domínio: Aspectos Históricos da Amazônia Tocantina**. In: II Seminário de Integração da Universidade Federal da Amazônia Tocantina. Abaetetuba, 27 de maio de 2010, PP.01-10.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes Pinto. **Samba de cacete: ecos de tambores africanos na Amazônia Tocantina**. IN: Tambores e batuques Sonora Brasil - Circuito 2013 – 2014. – Rio de Janeiro: Sesc. Departamento Nacional, 2013.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes Pinto. **Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado Amazônico**. Cameté: B. Celeste de M. Pinto. Editora, 2007.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Amazônia Tocantina: o nome de uma região forjado nos viés de auguras, lutas e resistência da sua gente**. IN: II Momento de Diálogos Científicos do Campus Universitário do Tocantins. Texto base da palestra proferida no dia 05 de maio de 2010, no auditório Alberto Moia Mocbel, Cameté/CUNTINS.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes: **Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos/ Benedita Celeste de Moraes Pinto** – Belém: Paka-Tatu, 2004.
- PORTELLI, Alessandro. “**Tentando Aprender Um Pouquinho. Algumas Reflexões sobre a ética na História Oral**”: In Revista Projeto História nº 15: Ética e História Oral. São Paulo: Educ, 1997, pp. 17 a 19.

PORTELLI, Alessandro. **“Forma e Significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”**. In: Revista Projeto História nº 14 (Cultura e Representações). São Paulo: Educ, 1997.

PORTELLI, Alessandro. **O Que Faz a História Oral Diferente**. In: Revista Projeto História nº 14 (Cultura e Representações). São Paulo: Educ, 1997.

TOLEDO, Lucena, Célia. **Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes / Célia Toledo Lucena**. – São Paulo: Artes & Ciência, 1999.